



InC2

Iniciativa
Nacional
Cidades
Circulares

Síntese
do Programa
2019 - 2023



FICHA TÉCNICA

Título:

Iniciativa Nacional Cidades Circulares
Síntese do Programa 2019-2023

Editores:

Elisa Vilares
Maria José Efigénio
Nuno Esteves
Rita Zina

Entidade responsável pela edição:

Direção-Geral do Território
Rua da Artilharia Um, n.º 107, Lisboa
www.dgterritorio.pt

Design:

UP – Agência de Publicidade
www.up.co.pt

Tiragem:

500 exemplares

ISBN:

978-989-8785-28-2

Depósito Legal:

521498/23



InC2

Iniciativa
Nacional
Cidades
Circulares

Síntese
do Programa
2019 – 2023



Nota de apresentação

A **Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2)** responde à ambição nacional, em linha com as políticas da União Europeia, de prosseguirmos para um novo paradigma de desenvolvimento urbano sustentável que integre e concretize os objetivos de descarbonização, de mitigação e adaptação às alterações climáticas, de competitividade da economia, de uso eficiente dos recursos e de valorização do território.

A **ambição** alcançada pela implementação desta Iniciativa vai ao encontro dos compromissos globais assumidos pelo Estado Português, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – em particular o ODS 11, intitulado “cidades e comunidades sustentáveis” – o Acordo de Paris e, no plano europeu, o Pacto Ecológico Europeu. Paralelamente, no plano nacional, a InC2 concretiza um dos temas da convergência regional e nacional do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, e visa contribuir para a implementação de medidas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e também da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020.

Foi **neste** contexto, que o Ministério do Ambiente e Ação Climática promoveu este Programa, financiado pelo Fundo Ambiental, destacando a relevância das cidades para a transição verde que se pretende implementar, e que a Direção-Geral do Território abraçou, com entusiasmo, este desafio.

As **cidades** são importantes focos de mudança e assumem um papel fundamental na transição do atual modelo de economia linear para

uma economia circular. As relações intraurbanas, interurbanas e urbano-rurais devem ser orientadas para a dinamização de circuitos curtos de produção e consumo, para a utilização de modos de mobilidade suave, ativa e partilhada, e para uma logística partilhada de depósitos de materiais e ecocentros. A InC2 é, a este nível, um programa exemplar, ao incentivar e apoiar a inovação, experimentação e replicação à escala urbana de projetos dirigidos aos desafios de desenvolvimento sustentável do país e orientados por metodologias sólidas de partilha de experiências e conhecimento.

Tendo por principais beneficiários as autarquias locais, entidades que constituem o nível de governação mais próximo dos cidadãos, a implementação deste Programa permitiu também assegurar a sensibilização para o tema da economia circular. A concretização da InC2 assegurou um efetivo envolvimento e participação das comunidades locais, potenciados ainda processos de partilha de experiências e de cooperação intermunicipal e inter-regional que enriqueceram o debate.

Pioneira e inovadora a InC2 deu uma grande relevância ao processo de capacitação, dos agentes envolvidos, tendo subjacentes abordagens de planeamento integradas e participadas, cujo potencial de aplicação futura noutras matérias das agendas de transição é inegável.

Fernanda do Carmo
Diretora-Geral do Território



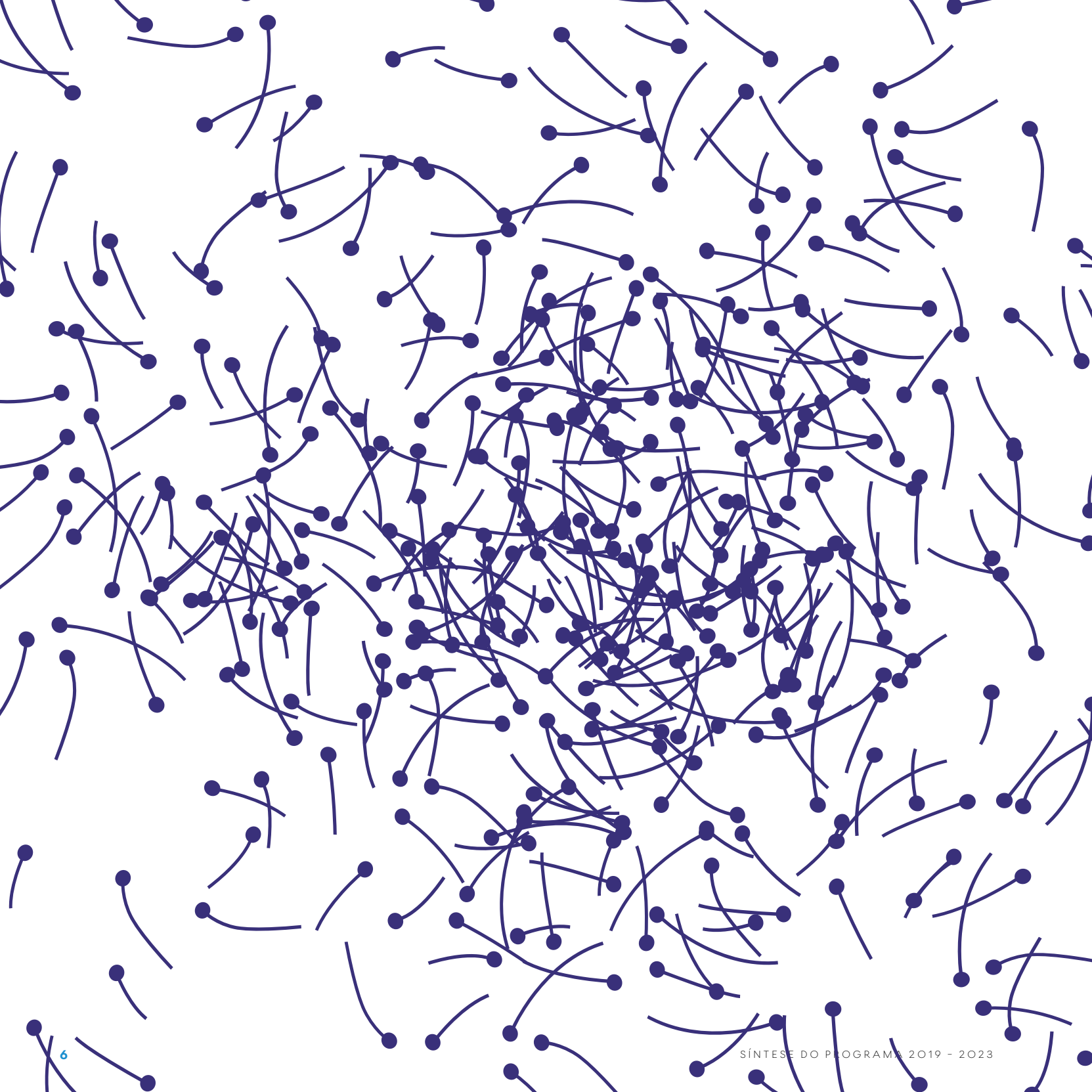
Siglas e acrónimos

AML – Área Metropolitana de Lisboa
AMP – Área Metropolitana do Porto
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
CApt2 – Rede Circularidade da Água, por todos e para todos
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CIM – Comunidade Intermunicipal
CircularNet – Rede Plataforma para a Circularidade
DGT – Direção-Geral do Território
GEE – Gases com efeito de estufa
GPAL – Grupo de Planeamento e Ação Local
ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
InC2 – Iniciativa Nacional Cidades Circulares
MAAC – Ministério do Ambiente e da Ação Climática
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAEC – Plano de Ação para a Economia Circular
PERNU – Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos
PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos
PLAI – Planos Locais de Ação Integrada
PNGR – Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
R2CS – Rede para a Construção Circular e Sustentável
RC2 – Rede Cidade Circular
RCD – Resíduos de Construção e Demolição
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
ROC – Revisor Oficial de Contas
RurbanLink – Rede Ligações Circulares entre Áreas Urbanas e Rurais

Índice

Introdução	7
A Iniciativa Nacional Cidades Circulares.	9
Enquadramento estratégico.	11
Objetivos estratégicos.	12
Capacitação	12
Comunicação	13
Capitalização	14
Assistência Técnica	14
Modelo de Governação	15
Os temas das cidades circulares	17
Urbanismo e construção	19
Economia urbana para a circularidade	20
Relações urbano-rurais	20
Ciclo urbano da água	21
Temas transversais.	22
As Redes Cidades Circulares.	23
O processo de constituição das redes	24
A Praça das Cidades	24
Os concursos.	25
A atividade das redes	27
CApt2: circularidade da água por todos e para todos	32
CircularNet: plataforma para a circularidade.	42
R2CS: Rede para a construção circular e sustentável	52
Rurban Link: ligações circulares entre áreas urbanas e rurais	64
Conclusões.	77







Introdução

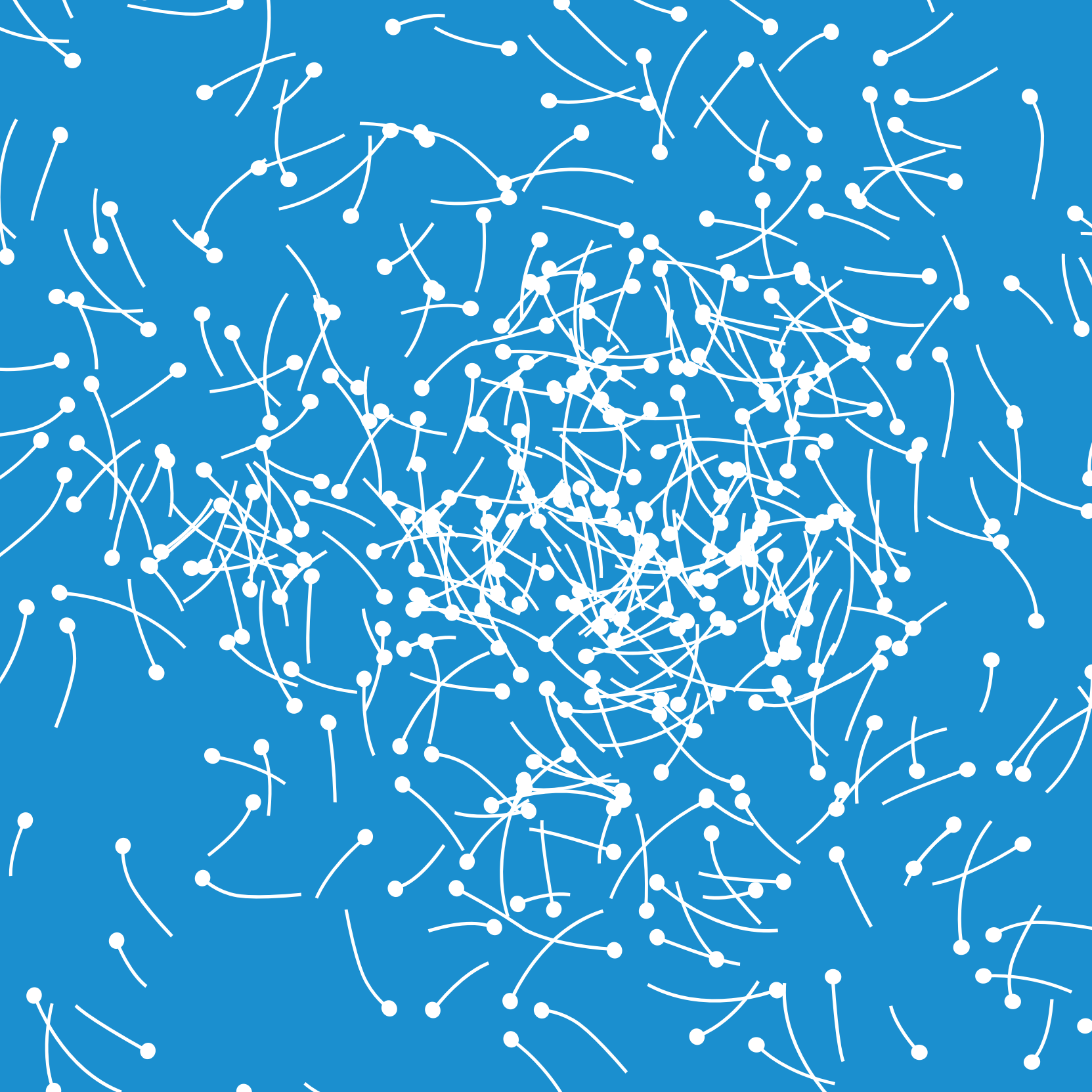
Bem-vindo à '**Iniciativa Nacional Cidades Circulares: Síntese do Programa 2019-2023**'. Esta publicação apresenta a Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2) e faz a história do seu concurso, que apoiou a constituição e o desenvolvimento de quatro Redes Cidades Circulares. A InC2 apoiou municípios portugueses, de diferentes contextos territoriais, a desenvolver competências de planeamento participativo de base local e de cooperação e aprendizagem em rede, tanto entre si como com as suas comunidades locais, para explorar soluções para um futuro mais sustentável e eficiente para as nossas cidades.

Esta publicação é estruturada em quatro capítulos:

- **A Iniciativa Nacional Cidades Circulares:** este capítulo apresenta a iniciativa, incluindo o seu enquadramento estratégico, os quatro objetivos estratégicos e o modelo de governação.
- **Os temas das cidades circulares:** neste capítulo são descritos os quatro temas prioritários abordados pelas redes constituídas, bem como os temas transversais destacados na transição para a economia circular nas cidades.
- **As Redes Cidades Circulares:** este capítulo desenvolve o processo de constituição das redes, incluindo a plataforma Praça das Cidades e os concursos abertos para a constituição de quatro Redes Cidades Circulares. Descreve depois a atividade das redes, nas suas duas fases, o Estudo Base, os Grupos de Planeamento de Ação Local, os Planos Locais de Ação Integrada, assim como a Academia Redes Cidades Circulares e a info Cidades Circulares. Segue-se uma abordagem específica sobre cada uma das redes, que inclui um texto sobre a mesma da autoria dos gestores de rede e/ou dos peritos de rede, um cronograma dos trabalhos de cada rede, um mapa com algumas ações emblemáticas e a constituição dos Grupos de Planeamento de Ação Local.
- **Conclusões:** a publicação termina com um capítulo em que Elisa Vilares, do Secretariado Técnico da InC2 e João Mourato, perito avaliador externo, nos trazem as suas reflexões sobre o funcionamento desta iniciativa e todo o processo de constituição e trabalhos das quatro Redes Cidades Circulares.

Esperamos que esta publicação contribua para a disseminação de conhecimento, ampliando a esfera de beneficiários indiretos da InC2, mas também inspire ações concretas em direção a cidades mais circulares, onde a qualidade de vida, a prosperidade económica e o respeito pelo ambiente coexistem harmoniosamente.

Agradecemos a sua leitura e a sua dedicação a um futuro mais circular e promissor para as nossas cidades.





A Iniciativa Nacional Cidades Circulares

A **Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2)**, foi lançada em 2018 pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática (MAAC), com o objetivo de promover a cooperação interurbana prevista no Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC) – Liderar a Transição e no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Esta iniciativa, de âmbito nacional mas com enfoque no desenvolvimento local, visou melhorar as condições presentes e futuras das práticas de planeamento participativo de base local e de aprendizagem em rede como condições para a aceleração da economia circular nas cidades.

Mimetizando a metodologia testada e comprovada do programa europeu URBACT, a InC2 apoiou quatro redes nacionais de cidades circulares compostas por oito municípios cada, em torno de quatro distintos temas prioritários. Todo o programa foi concebido e orientado para apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular.

Financiada pelo Fundo Ambiental, no quadro do objetivo “Transição para uma economia circular”, e gerida pela Direção-Geral do Território entre 2019 e 2023, a implementação desta Iniciativa contou com uma dotação de 1,5 milhões de euros para os quatro anos da sua implementação. A maioria do financiamento executado dirigiu-se ao apoio técnico, metodológico e financeiro às redes de cidades circulares, sendo o remanescente distribuído em ações de comunicação, capitalização e na assistência técnica.

Dirigido em primeira instância à promoção da economia circular urbana como dimensão crítica do desenvolvimento urbano sustentável, a InC2 prosseguiu um conjunto de finalidades de política pública associadas à melhoria das condições de governança para a sustentabilidade:

- › Potenciar a partilha, transferência e capitalização do conhecimento das cidades entre si em matéria de economia circular e desenvolvimento urbano sustentável;
- › Melhorar as condições presentes e futuras de acesso dos municípios e suas comunidades a financia-



mento europeu e nacional para o desenvolvimento urbano sustentável e a economia circular;

- › Melhorar a conceção e concretização das políticas nacionais para a economia circular em áreas urbanas mediante o reforço da cooperação multinível e multissectorial e da capitalização dos resultados locais;
- › Apoiar os municípios e suas comunidades no planeamento da ação para a economia circular mediante abordagens integradas e participadas de base territorial;
- › Melhorar as condições para o desenvolvimento de ações urbanas inovadoras no âmbito da economia circular.

Enquadramento estratégico

A **Inc2** surgiu focada no papel crítico das cidades no cumprimento de um quadro exigente de prioridades políticas que visam em comum a promoção da coesão territorial e da sustentabilidade ambiental:

- › O **‘Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal’**, aprovado pela RCM n.º 190 – A/2017, de 23 de novembro, que define um modelo estratégico de crescimento e de investimento assente na economia circular através de um conjunto de ações de cariz transversal e agendas sectoriais e regionais. A constituição de uma rede de ‘Cidades Circulares’ é assumida como um dos quatro grandes temas de convergência regional e nacional, a concretizar através de apoios específicos, com destaque para o Fundo Ambiental;
- › O **‘Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território’**, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, e cuja primeira revisão foi aprovada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, que constituiu o instrumento de cúpula do sistema de gestão territorial e quadro orientador das estratégias com incidência no território. A sua nova ‘Agenda para o Território’, que estabelece o ‘Programa de Ação 2030’, vem consagrar a Medida de Política 3.11. ‘Organizar o Território para a Economia Circular’, preconizando expressamente o objetivo da promoção de uma ‘Rede de Cidades Circulares’, bem como as Medidas 5.7. ‘Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente’ e 5.6. ‘Reforçar as abordagens integradas de base territorial’, que no seu conjunto visam a promoção de redes urbanas e de abordagens integradas para a economia circular;
- › A **‘Estratégia Cidades Sustentáveis 2020’**, aprovada pela RCM n.º 61/2015, de 16 de julho, que configurou a política nacional de desenvolvimento urbano sustentável no horizonte até 2020. Para além da relevância dos seus princípios orientadores para todas as políticas urbanas, no quadro dos eixos estratégicos que define, alinham-se como os objetivos de economia circular nas cidades e de promoção de redes urbanas o Eixo 2 – ‘Sustentabilidade & Eficiência’, com destaque para os sub-eixos ‘Regeneração e Reabilitação Urbana’, ‘Ambiente Urbano’ e ‘Baixo Carbono’,

bem como o Eixo transversal 4 – ‘Territorialização & Governança’. Estabelece ainda, enquanto instrumento de implementação, a constituição de uma rede de cidades sustentáveis;

- › Outras estratégias nacionais para a sustentabilidade, coesão e eficiência dos recursos com incidência no desenvolvimento urbano, com destaque para a ‘Es-



tratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas’, o ‘Roteiro para a Neutralidade Carbónica’, o ‘Programa Nacional para a Coesão Territorial’, a ‘Nova Geração de Políticas de Habitação’.

Paralelamente, ao lançar esta iniciativa, Portugal veio também corroborar os desígnios e acordos firmados e prosseguidos no âmbito de compromissos europeus e mundiais, em particular:

- › Os **17 ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’** (ODS) da ‘Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’ das Nações Unidas, com saliência para o ODS 11 – ‘Tornar as Cidades e Comunidades Inclusivas, Seguras, Resilientes e Responsáveis’, o ODS 12 – ‘Garantir Padrões de Consumo e de Produção Responsáveis’ e o ODS 17 – ‘Reforçar os meios de Implementação e Revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável’;
- › O ‘Acordo de Paris’, tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações cli-

Objetivos estratégicos

máticas, alcançado em Paris durante a COP21 e aprovado a 12 de dezembro de 2015, constitui um acordo mundial que estabelece um leque de medidas ambiciosas de descarbonização do planeta, implicando um compromisso com o desenvolvimento sustentável e, concretamente, um maior investimento em energias renováveis e eficiência energética a partir de 2020, um dos vetores essenciais da economia circular, aposta que tem vindo a ser prosseguida, com destaque para os estados-membros da União Europeia;

- › A 'Nova Agenda Urbana' das Nações Unidas para o século XXI, que renova o compromisso político rumo a uma habitação condigna e ao desenvolvimento urbano sustentável e que se compromete com o reforço da gestão sustentável de recursos, incluindo o território, água, energia, materiais, florestas e alimentos, considerando as ligações urbano-rurais e as cadeias de valor e de abastecimento funcionais e num esforço de transição para uma economia circular;
- › A 'Agenda Urbana para a União Europeia', que desde o 'Pacto de Amesterdão' assinado pelos Ministros responsáveis pelos Assuntos Urbanos, em 2016, promove o envolvimento das autoridades urbanas em parceria com autoridades nacionais e europeias para alcançar uma melhor regulamentação, financiamento e conhecimento em doze temas considerados prioritários, entre os quais a economia circular.

As **finalidades** de políticas a que a InC2 pretendeu dar resposta foram prosseguidas mediante três objetivos estratégicos e um objetivo transversal:

Capacitação

O **objetivo Capacitação** concentrou a atividade primária e central da InC2 — a emergência e trabalho das Redes de Cidades Circulares — com vista a dotar as cidades de mais competências em economia circular, mais participação das comunidades locais e mais integração territorial para o desenvolvimento urbano sustentável.

Quatro Redes Cidades Circulares foram apoiadas e financiadas pela InC2 com o objetivo de assegurar as condições técnicas e financeiras para os 28 municípios nelas participantes desenvolverem com as suas comunidades e num contexto de partilha e co-aprendizagem com outros municípios os seus Planos Locais de Ação Integrados para a Economia Circular.

A InC2 assegurou o apoio financeiro às atividades inerentes ao desenvolvimento dos planos, incluindo a dinamização dos Grupos de Planeamento de Ação Local (GPAL) e a cooperação interurbana entre todos os municípios de cada rede, mas igualmente a capacitação metodológica através da dotação de um perito específico para cada rede e da realização de ações de formação, como a Academia Redes Cidades Circulares.

Incluídas nas atividades específicas de cada uma das



Redes Cidades Circulares estiveram também ações de capacitação de atores críticos das parcerias (membros do executivo, dirigentes intermédios e quadros técnicos e científicos e membros coordenadores de GPAL nas abordagens integradas e participadas da circularidade urbana. Neste âmbito também foi promovida a sinalização de boas práticas de circularidade urbana, cuja transferibilidade se avaliou ser possível, ainda que com os necessários ajustes, e a identificação de oportunidades de inovação e empreendedorismo passíveis de aprofundamento e exploração. No contexto deste objetivo foram desencadeadas várias atividades que permitiram melhorar a capacidade das cidades para desenvolverem e gerirem políticas e práticas de circularidade urbana de forma integrada e participada. Os membros que integraram estas redes participaram em diferentes atividades de capacitação que lhes permitiram adquirir capacidade acrescida no âmbito da abordagem local integrada à economia circular, participando designadamente em ações nacionais de formação técnica e outras ações de capacitação ad-hoc, incluindo visitas de estudo internacionais.

Comunicação

O objetivo **Comunicação** visou informar e aumentar o reconhecimento e sensibilização para a economia circular urbana e ampliar a esfera de beneficiários in-

diretos da InC2.

A **estratégia** integrada de *marketing* e comunicação da InC2, envolveu uma ampla rede de parceiros estratégicos com vista a ampliar a sensibilidade e o conhecimento das cidades portuguesas e de outros atores do desenvolvimento urbano e da economia circular e a provocar o reconhecimento da marca e das ações da InC2. A rede de comunicação foi dinamizada pelo Secretariado Técnico da InC2 e constituída por pontos de contacto regionais e locais, representados na Comissão de Acompanhamento da InC2 e pelas cidades participantes das Redes Cidades Circulares. No decurso da implementação do projeto, foram produzidos e disseminados diversos conteúdos através destas redes, maximizando-se desta forma o alcance da comunicação de toda a Iniciativa.

No **contexto** deste objetivo estratégico foi criada a marca InC2. Foi também criada uma plataforma de comunicação online que permitiu não só dar a conhecer o projeto aos vários interessados, como também acompanhar a sua evolução. No âmbito deste Programa e de acordo com a estratégia de comunicação preconizada foram produzidos diversos materiais de comunicação como flyers e vídeos. Foi também criada uma plataforma pré-concursal online que alavancou a constituição das redes, foram publicadas várias notícias, artigos e uma newsletter com periodicidade mensal sobre a InC2 e as atividades que ocorreram no decurso da sua implementação. Durante a vigência do Programa foram ainda realizados diversos eventos de divulgação e sensibilização em território nacional, workshops, uma academia, conferências nacionais, etc. Paralelamente procurou-se também divulgar a InC2 e as suas atividades específicas noutros eventos, quer a nível nacional, quer a nível internacional, o que efetivamente se verificou. A implementação desta estratégia de comunicação permitiu assim sensibilizar e mobilizar agentes para a economia circular urbana e para as ações promovidas pela InC2, assegurando-se a divulgação das ações promovidas pela InC2 junto da comunidade política, técnica e científica e, em particular, dos seus beneficiários elegíveis.



Capitalização

O objetivo **Capitalização** envolveu o imperativo subsequente de síntese dos resultados alcançados e aproveitamento do capital de conhecimento e relações gerados para criar mais conhecimento e informação, melhores condições de financiamento e melhor legislação no quadro da economia circular urbana.

A **capitalização** da iniciativa visou potenciar o conhecimento, resultados e relações institucionais gerados pela iniciativa, contribuindo para avançar na implementação da Agenda da Economia Circular nas Cidades e na geração de oportunidades que vão além do horizonte temporal da InC2.

No **contexto** deste objetivo foram consolidados e estruturados os outputs do trabalho das Redes Cidades Circulares, facilitando a sua apropriação e adoção pelas cidades portuguesas e pela comunidade técnica e científica. Paralelamente foram analisadas as lacunas de governança e circularidade urbana identificadas ao longo dos processos de planeamento de ação desenvolvidos pelas cidades participantes.

No **âmbito** deste objetivo, a implementação da InC2 permitiu promover a consolidação do conhecimento temático e do know-how gerados pelas Redes de Cidades Circulares. Esse conhecimento gerado foi sendo recolhido e sistematizado, contribuindo para a monitorização dos resultados alcançados e facilitando a sua disseminação e apropriação.



Assistência Técnica

O objetivo transversal Assistência Técnica pretendeu criar as condições materiais e financeiras para garantir uma execução da InC2 eficiente e eficaz e acautelar a atividade dos seus órgãos de governação.

A **gestão** operacional da InC2 foi assegurada pelo Secretariado Técnico sediado na Divisão de Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades da DGT, apoiado por diversos serviços externos complementares, incluindo para a definição dos termos de referência dos concursos, a certificação de despesas dos beneficiários e a avaliação externa. No âmbito deste objetivo, foi igualmente possível assegurar o acompanhamento das atividades das Redes Cidades Circulares e o funcionamento das estruturas de governação.



Modelo de Governação

Desde a fase de desenho da iniciativa até todas as subsequentes fases de concretização e avaliação, a Autoridade de Gestão da InC2 promoveu processos de cooperação multinível, com o envolvimento dos níveis regionais e locais na definição das opções estratégicas e na produção de conteúdos técnicos.

Durante a fase de desenho da iniciativa, foi constituída uma Comissão Preparatória com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que apoiou a Autoridade de Gestão, no desenvolvimento do programa e na afinação dos objetivos e dos resultados a alcançar.

Para a operacionalização da InC2 foi criada uma estrutura de governança que permitisse assegurar o cumprimento de princípios de governação multinível, participação, transparência, prestação de contas, proporcionalidade e segregação de funções. No decurso da iniciativa, esta estrutura promoveu:

- › A cooperação multinível e a participação, envolvimento e promoção de sinergias entre um conjunto alargado de entidades interessadas nas áreas da economia circular e da política de cidades;
- › A potenciação da experiência e conhecimentos adquiridos no âmbito da definição de políticas públicas e iniciativas na área da economia circular nos diferentes níveis e sectores da Administração Pública, no setor privado, na academia e nas organizações relevantes da sociedade civil;
- › A potenciação das sinergias entre os resultados da InC2 e outros programas e instrumentos de financiamento nacionais e europeu;
- › A simplificação dos procedimentos, minimizando os custos administrativos para os beneficiários e para os organismos envolvidos na operacionalização da InC2, assegurando a proporcionalidade entre os recursos necessários para a preparação e análise das candidaturas e os apoios concedidos;
- › A transparência e prestação de contas e a garantia das condições de equidade e transparência no acesso ao financiamento no âmbito da InC2.

A estrutura de governança criada foi composta por um conjunto de órgãos com distintas funções e composições:



- › **Autoridade de Gestão** – Órgão de natureza executiva da InC2, assegurada pela DGT, na figura do seu dirigente máximo, que apoiada pelo Secretariado Técnico, teve por missão gerir, garantir a execução e efetuar o acompanhamento da InC2;
- › **Secretariado Técnico** – Funcionando sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão da InC2, o Secretariado Técnico foi composto por um quadro técnico da DGT, garantido o planeamento e execução das ações e o apoio técnico aos demais órgãos;
- › **Comissão de Acompanhamento** – Órgão consultivo da InC2, assegurou a participação dos níveis regionais e locais de política pública no desenvolvimento de conteúdos técnicos e na concretização da iniciativa desde o seu início, tendo incluído representantes dos Governos Regionais dos Açores e Madeira, das Associações de Municípios, das CCDR e das Entidades Intermunicipais; Esta Comissão de Acompanhamento agregou, num núcleo mais restrito, algumas entidades às quais competiu a reserva sobre a informação partilhada, designadamente a informação relativa aos concursos. Neste formato, a Comissão designou-se por ‘Comissão de Acompanhamento no seu âmbito estrito’, sendo composta por representantes da DGT, das CCDR e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.
- › **Organismo de Avaliação Externa** – Entidade responsável pela avaliação da iniciativa e das candidaturas, foi assegurada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL);
- › **Autoridades de Certificação** – Funções desempenhadas por Revisores Oficiais de Contas, que efetuaram a certificação das despesas apresentadas pelos beneficiários, para reembolso, através da verificação do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- › **Autoridade de Pagamento** – Funções asseguradas pela DGT, procedendo à receção dos pedidos de reembolso após certificação das despesas, bem como a execução dos respetivos pagamentos.







Os temas das cidades circulares

Cada uma das quatro redes de cidades circulares constituída no quadro da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2) focou-se num tema prioritário específico e abordou vários dos temas transversais definidos.

A **identificação** dos temas resultou de um processo de auscultação prévia dos atores, através de inquérito realizado junto de entidades públicas de âmbito regional e intermunicipal. Os temas prioritários selecionados procuraram abranger as dimensões críticas da economia circular na esfera local e basearam-se no modelo de metabolismo urbano, abordando funções e processos essenciais que as áreas urbanas visam cumprir com vista à satisfação das necessidades humanas. A economia circular foi introduzida aqui como fator de mudança e transformação desses processos, numa perspetiva de sustentabilidade, eficiência e equidade dos sistemas urbanos, e plenamente articulada com as prioridades e objetivos da política nacional de ordenamento do território.

Os **quatro** temas prioritários que cada uma das quatro redes de cidades circulares abordou são:

- urbanismo e construção
- economia urbana para a circularidade
- relações urbano-rurais
- ciclo urbano da água

O **enfoque** num tema prioritário por parte de cada uma das quatro redes de cidades circulares não excluiu a inclusão de matérias comuns a outros temas e foi complementado com a abordagem de vários dos temas transversais identificados:

- descarbonização
- contratação pública
- transição digital
- equidade e inclusão social



Urbanismo e construção



Os processos de urbanização e construção permitem dar resposta às necessidades e dinâmicas sociais, mas são também consumidores intensivos de solo, água, materiais e energia e responsáveis por uma parte considerável do volume dos resíduos depositados em aterro e por emissões atmosféricas poluentes.

Numa **visão** circular da cidade, os edifícios e espaços urbanos existentes são recursos disponíveis com valor económico e social e a reabilitação é a principal forma de intervenção na cidade e de desenvolvimento urbano. O planeamento territorial fomenta a compactidade e continuidade urbanas, a reabilitação, refuncionalização e melhoria de desempenho energético do edificado, a qualificação dos espaços públicos e coletivos, e promove uma maior utilização do património urbano, permitindo a redução do consumo de recursos naturais, em particular do solo, bem como a proteção de paisagens urbanas e da memória coletiva. Os projetos de reabilitação e os processos construtivos são orientados para reduzir impactos e aumentar a vida útil dos edifícios, dos seus componentes e materiais. As demolições são limitadas e os resíduos da construção são geridos de modo a aproveitar o valor dos elementos construtivos e dos materiais resgatados, e potenciar novos modelos de negócios associados à sua reciclagem e *upcycling*.

Numa **perspetiva** de mudança, as cidades devem definir estratégias de planeamento e formas inovadoras de gestão urbanística, fundiária e de desenvolvimento económico local que potenciem o uso eficiente dos espaços públicos, prédios e infraestruturas urbanas e a coesão social. Aqui se incluem ações integradas de reabilitação urbana, a promoção da reutilização de edifícios e espaços abandonados, a qualificação do espaço público e dos equipamentos urbanos, a regulação de novos modelos de negócios no sector do imobiliário, incluindo novas formas de apropriação transitória, flexível ou partilhada dos espaços, e novas lógicas de contratação e de oferta de serviços públicos e espaços coletivos. Devem também promover a gestão inteligente dos resíduos da construção com soluções inovadoras e projetos demonstrativos, incluindo bibliotecas de materiais, processos de valorização e mecanismos regulatórios e ações de informação e sensibilização junto do sector.

Economia urbana para a circularidade

O **crescimento** económico tem sido suportado por processos lineares de extração de matérias-primas, produção, manufatura, consumo individual e deposição, com índices muito baixos de utilização efetiva por quantidade de recursos despendidos, que se confrontam hoje com limitações quanto à disponibilidade de matérias-primas e à sua capacidade de renovação num contexto de aumento da procura global.

Numa **visão** circular da cidade, a promoção do bem-estar e a melhoria das condições de vida e de emprego são dissociados do aumento do consumo de matérias-primas e energia. A concentração urbana de recursos, capital, informação, capacidades e consumidores é potenciada para criar sinergias empresariais e desenvolver relações económicas de base local, social e colaborativa. Novos



e velhos modelos de negócio e competências técnicas e científicas promovem a multiplicação e extensão dos ciclos de vida dos produtos, processos de substituição de produtos por serviços, circuitos curtos de produção e consumo e um uso mais intensivo das coisas, com impactos positivos na redução do consumo de recursos e energia e de produção de resíduos, e no aumento da utilidade efetiva e da equidade de acesso aos serviços e bens.

Numa **perspetiva** de mudança, a transição para a economia circular depende de uma alteração de atitudes, comportamentos e expectativas dos cidadãos, motivada pela aspiração ao bem-estar e desenvolvimento sustentável. Nesta ótica, a valorização do território e da escala local tem o potencial para mobilizar as comunidades e as forças vivas do território, induzindo sinergias sociais e processos colaborativos, co-criativos e de base local, fazendo da cidade um laboratório vivo, testando soluções inovadoras com os utilizadores e investindo nas competências técnicas necessárias e úteis para a economia circular. O nível local de governação, mais próximo dos cidadãos, estará também melhor posicionado para compreender as necessidades públicas e coordenar abordagens integradas que façam interagir diferentes sectores e agentes económicos de diversas escalas, da local à global, numa base territorial.

Relações urbano-rurais

As **cidades** dependem da oferta alimentar, energética, de matérias-primas e de serviços de ecossistemas produzidos na sua maioria fora dos seus perímetros. Os espaços rústicos, por seu turno, dependem do acesso a serviços avançados e de interesse geral providenciados pelas cidades, e da conectividade aos mercados urbanos locais e globais que estas oferecem. Os padrões de urbanização difusa e de ocupação dispersa e as expectativas de valorização fundiária colocam pressões sobre o espaço rústico, condicionam a viabilidade de atividades agrárias e oneram a provisão dos serviços de inte-



resse geral nestas áreas.

Numa **visão** circular da cidade, as áreas urbanas estabelecem fortes relações funcionais, de complementaridade e cooperação, com as áreas periurbanas e a sua envolvente rústica, garantindo serviços de interesse geral, mercados de proximidade para produtos alimentares, energéticos e valorização de resíduos, e condições de transporte e logística. São também lugares críticos para a sensibilização e mobilização cívica, política e científica para a salvaguarda e valorização dos recursos naturais e paisagens, serviços de ecossistemas e biodiversidade e para a adaptação climática do território onde se inserem. Nesta perspetiva, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento rural são duas realidades interdependentes no desenvolvimento territorial integrado e sustentável.

Numa **perspetiva** de mudança, as atuais e potenciais relações urbano-rurais devem ser conhecidas, valorizadas e promovidas. Devem promover-se processos de pla-

Ciclo urbano da água

neamento participados e integrados, que incorporem princípios da economia circular, bem como a implementação destes princípios através de soluções inovadoras de gestão territorial e fundiária. Estas devem fomentar a equidade no acesso aos serviços de interesse geral, a afetação do solo rústico a atividades produtivas, minimizar os impactos da ocupação dispersa, potenciar a eficiência do metabolismo regional urbano, a utilização sustentável e eficiente dos recursos naturais, o desenvolvimento de sistemas alimentares regenerativos e de corredores de alimentação, a oferta de produtos regionais frescos, a gestão sustentável das florestas e dos solos, a formação de ciclos fechados de nutrientes e de outros recursos e a preservação e recuperação dos serviços de ecossistemas e proteção da paisagem.

A água constitui um recurso estratégico essencial e uma necessidade básica das populações, das suas atividades económicas e dos ecossistemas, que se confronta com perigos de escassez e problemas de qualidade decorrentes do resultado agregado do aumento da procura, da contaminação das massas de águas, da alteração de ecossistemas e do funcionamento do ciclo da água pelos processos de urbanização e dos impactos das alterações climáticas nos territórios.

Numa visão circular da cidade, o ciclo da água constitui uma questão estruturante no planeamento territorial e na gestão urbanística, atuando tanto no âmbito da infraestrutura cinzenta, como da infraestrutura verde. Suportado na infraestrutura cinzenta, o ciclo da água garante a



segurança, qualidade e universalidade do abastecimento, com redução de perdas e maior eficiência no consumo e a recolha, aproveitamento e valorização de águas pluviais e residuais. Operando na infraestrutura verde, o ciclo da água assegura funções de permeabilidade dos solos e retenção de águas pluviais, depuração do ar, conforto bioclimático, redução do consumo hídrico dos espaços verdes e resiliência às alterações climáticas e a fenómenos meteorológicos extremos.

Numa perspetiva de mudança, as cidades devem melhorar a forma como consideram a água no planeamento e gestão territorial e no desenho urbano, de modo a otimizar a proteção e recuperação dos ecossistemas, o uso sustentável e equitativo de água de boa qualidade, e a adaptação às alterações climáticas. Devem melhorar a eficiência da retenção, captação e do uso da água e promover o aumento da reutilização, reciclagem e valorização da matéria-prima existente nas águas residuais e produtos até agora considerados finais. Devem ainda adotar soluções de base natural e soluções inovadoras de produtos e processos para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida urbana e reduzir a pegada hídrica dos sistemas urbanos.

Temas transversais

O **alcance**, a coerência e a eficácia das respostas aos desafios urbanos complexos dependem da sua capacidade para integrar as diversas componentes de política urbana e, em particular, aquelas cuja pertinência extravasa um enquadramento temático específico. Na transição para uma economia circular nas cidades, destacam-se quatro temas transversais:

Descarbonização

A **artificialização** do solo, a construção e manutenção dos prédios e infraestruturas urbanas e as necessidades energéticas que resultam da sua utilização e dos padrões de mobilidade e de consumo fazem das cidades os lugares da mais elevada intensidade carbónica. O desafio da descarbonização depende assim de modo crítico do funcionamento das áreas urbanas e da capacidade da sua gestão para alterar os padrões e a eficiência da procura energética. A transição para uma economia circular pode e deve contribuir para este desígnio através da promoção da compactidade urbana e de uma gestão e uso eficientes do solo, dos espaços construídos, espaços verdes e vazios urbanos, de padrões sustentáveis de mobilidade urbana e de promoção da eficiência energética de edifícios, de produção local de energia renovável e de circuitos curtos e sistemas partilhados de produção e consumo. A descarbonização assume-se assim como um tema de carácter transversal a todos os temas prioritários das cidades circulares.

Contratação pública

A **qualidade** do investimento e do consumo público, em particular nos níveis sub-regional e local, constitui um fator crítico para a celeridade da transição para uma economia circular nas cidades e um potencial instrumento estratégico da ação política. Para acelerar a transição para uma economia circular, os atores públicos devem usar a contratação pública como parte integrante e ferramenta estratégica para implementar prioridades de política e objetivos sociais e ambientais e devem fazer o melhor uso da contratação para a inovação para adaptar os serviços públicos às mudanças societais e desenvolver noções estratégicas de circularidade na procura pública.

A contratação pública assume-se assim como um tema de carácter transversal a todos os temas prioritários das cidades circulares.

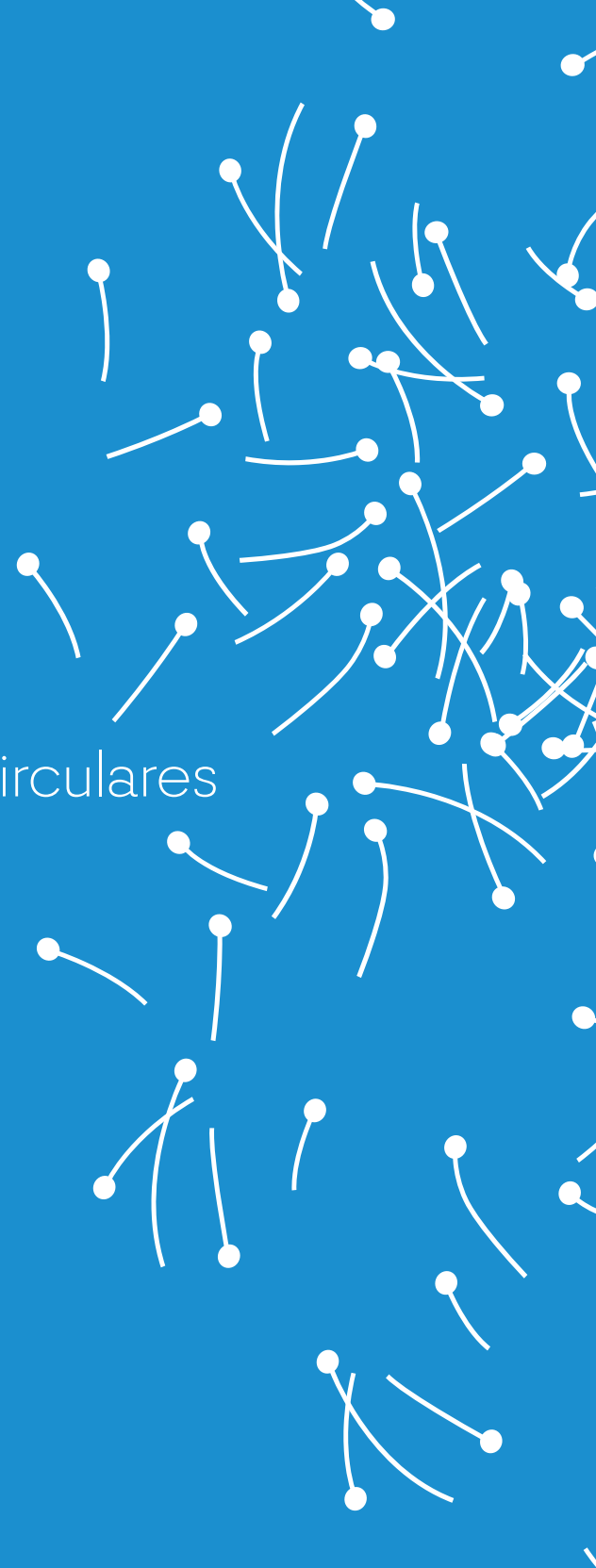
Transição digital

Novas soluções digitais de informação, comunicação e gestão nas cidades podem contribuir para compreender e operar o seu metabolismo e os fluxos logísticos e melhorar a eficiência na utilização dos recursos, essenciais na transição para uma economia circular. Mas a transição digital representa também um potencial de transformação de governança urbana, com o desenvolvimento de plataformas colaborativas que envolvem os poderes públicos a vários níveis, agregam os cidadãos, as empresas e a academia, num processo contínuo, partilhado, aberto, informado, flexível e incremental de cocriação, refletindo os modelos de organização quotidiana da cidade e de provisão de serviços públicos e os modelos de negócio e organização da produção e consumo. A transição digital assume-se assim como um tema de carácter transversal a todos os temas prioritários das cidades circulares.

Equidade e inclusão social

A **transição** para uma economia circular envolve uma profunda reestruturação das dinâmicas de relação económica de base local, introduzindo novos modelos de atividade ligados ao encurtamento e encerramento de circuitos de produção-consumo, à intensificação da utilização e ao prolongamento dos ciclos de vida dos produtos, baseadas em plataformas colaborativas de produção e consumo de proximidade, transação entre pares, encontro entre a oferta e a procura, propriedade e exploração partilhada, servitização, reparação e reutilização de bens. A transformação implícita tem o potencial de aumentar a acessibilidade geral a bens e serviços e de incrementar oportunidades empreendedoras de base local, geradoras de valor, indutoras de emprego e redistribuidoras de riqueza e recursos, contribuindo de modo decisivo para a equidade e inclusão social. A equidade e inclusão social assume-se assim como um tema de carácter transversal a todos os temas prioritários das cidades circulares.

As Redes Cidades Circulares



O processo de constituição das redes

As **Redes Cidades Circulares** são o resultado de um processo de formação de parcerias entre municípios e da sua seleção para apoio técnico e financeiro pelo Fundo Ambiental no âmbito de quatro concursos lançados pela DGT, num processo inovador e estimulante que envolveu igualmente a participação intensa de várias entidades que integraram a Comissão de Acompanhamento da InC2.

Nos termos dos contratos de financiamento celebrados foram constituídas e apoiadas as seguintes quatro redes:

- **CApt2** (tema prioritário: Ciclo Urbano da Água; temas transversais: Descarbonização, Transição Digital e Equidade e Inclusão Social) – liderada pelo Laboratório da Paisagem de Guimarães, tendo como parceiros os municípios de Águeda, Lagoa (Açores), Loulé, Mértola, Oeiras, Oliveira de Frades e Ponte de Sor;
- **Circularnet** (tema prioritário: Economia Urbana para a Circularidade; temas transversais: Transição Digital, Descarbonização e Contratação Pública) – liderada pelo município da Figueira da Foz, tendo como parceiros os municípios de Arcos de Valdevez, Guarda, Monforte, Moura, Praia da Vitória, Tavira e Vila Nova de Famalicão;
- **R2CS** (tema prioritário: Urbanismo e Construção; temas transversais: Descarbonização e Contratação Pública) – liderada por Vila Nova de Gaia através da Gaiurb Urbanismo e Habitação E.M., tendo como parceiros os municípios de Mangualde, Mértola, Oliveira de Frades, Ponta Delgada, Ponte de Sor, Ribeira Brava e Valongo;
- **Rurban Link** (tema prioritário: Relações-Urbano-Rurais; temas transversais: Transição Digital e Equidade e Inclusão Social) – liderada pelo município do Fundão, tendo como parceiros os municípios de Bragança, Câmara de Lobos, Guimarães, Penela, Reguengos de Monsaraz, Ribeira Grande e Lisboa E-Nova – Agência de Energia-Ambiente de Lisboa.

As **Redes Cidades Circulares** selecionadas iniciaram as suas atividades em setembro de 2021, tendo, em julho de 2023, cada município envolvido nas parcerias apresentado um Plano Local de Ação Integrada, desenhado com os atores locais, para acelerar a transição para a economia circular no seu território.

A Praça das Cidades

O **processo** de formação das parcerias foi facilitado por uma ferramenta dedicada, criada especificamente para este Programa – a Praça das Cidades. Este instrumento consistiu numa plataforma interativa que permitiu que os municípios pudessem manifestar o seu interesse em integrar uma ou mais Redes Cidades Circulares e identificar potenciais parceiros convergentes no interesse por determinado tema para a apresentação de candidaturas conjuntas no âmbito dos concu-



sos que vieram a ser lançados.

Criada para que os municípios pudessem publicar e compartilhar as suas ideias, expectativas e aspirações, esta plataforma interativa online permitiu oferecer uma visão ampla e aberta de todos os interesses. Através do preenchimento de um questionário online, que esteve disponível entre setembro de 2020 e março de 2021, os diferentes municípios puderam conhecer os potenciais parceiros consultando as respostas submetidas.

Foi possível navegar pela lista de manifestações de interesse, visualizar a localização no mapa, usar filtros e até conhecer as principais estatísticas. Todas as respostas foram disponibilizadas publicamente, com validação da DGT. A manifestação de interesse na Praça das Cidades não teve, todavia, um carácter obrigatório nem vinculativo para os municípios.

Os concursos

Para **selecionar** as quatro Redes foram publicados, em Diário da República, avisos para os concursos que visaram a apresentação de propostas para a constituição das Redes Cidades Circulares nos temas prioritários:

- **‘Urbanismo e Construção’** (Aviso n.º 2348/2021);
- **‘Ciclo Urbano da Água’** (Aviso n.º 2350/2021);
- **‘Relações Urbano-Rurais’** (Aviso n.º 2351/2021);
- **‘Economia Urbana para a Circularidade’** (Aviso n.º 2352/2021).

Estes concursos visaram apoiar a constituição e funcionamento de quatro redes interurbanas que envolveram os municípios e suas comunidades no diagnóstico prospetivo e no planeamento da ação para a transição de uma economia linear para uma economia circular, mediante abordagens colaborativas, integradas e participadas de base urbana. O período para a submissão de candidaturas decorreu entre os dias 10 de fevereiro de 2021 e 5 de março de 2021.

A par do Regulamento, e para apoiar os municípios na elaboração das candidaturas, foi disponibilizado um Guia para a Constituição e Funcionamento das Redes Cidades Circulares, elaborado pela DGT com o apoio da Comissão de Acompanhamento. O Guia permitiu apresentar de forma detalhada as determinações e procedimentos de cariz normativo, bem com informação adicional sobre os temas, o modelo de organização da parceria e o papel de cada um dos parceiros (líder e demais membros da parceria). Paralelamente o Guia transmitiu ainda informações práticas relevantes, de cariz orientador, sobre as atividades principais das redes e todo o trabalho esperado em termos de organização, comunicação e disseminação, capacitação e capitalização que constituíram os principais desafios do Programa. Este documento deu ainda informação aos concorrentes sobre o financiamento e o controlo financeiro do projeto.

No decurso deste processo teve particular relevo o papel da Comissão de Acompanhamento no seu âmbito estrito, que participou nos trabalhos que asseguraram o desenvolvimento dos regulamentos para os quatro concursos, incluindo a definição dos critérios de avaliação de mérito e de elegibilidade.

Uma vez identificados os potenciais parceiros, os diferentes municípios organizaram-se de forma a responder aos concursos lançados para constituição das redes, tendo igualmente apoio técnico por parte DGT e entidades da Comissão de Acompanhamento. Neste período de preparação das candidaturas houve ainda lugar a dois seminários de apoio, em formato online, um primeiro, dedicado ao funcionamento da Praça das Cidades e um segundo, dedicado à apresentação dos termos e condições do concurso.

Terminado o período de submissão das candidaturas, o Secretariado Técnico da InC2 procedeu à análise da admissibilidade e elegibilidades das candidaturas apresentadas.

A análise da admissibilidade incidiu sobre aspetos burocráticos, como a entrega da candidatura dentro do prazo previsto, o formulário corretamente preenchido e todos os demais documentos entregues e assinados.

A análise da elegibilidade centrou-se na estrutura de despesas da parceria e na constituição da parceria, que deveria obedecer aos seguintes requisitos relativos à sua diversidade geográfica:

- a) Incluir um número mínimo de 6 e um número máximo de 8 municípios (incluindo aquele que assume as funções de liderança da parceria);
- b) Integrar municípios oriundos de, no mínimo, 3 Regiões NUTS II, incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores;
- c) Incluir um número máximo de 2 municípios por Região NUTS II;
- d) Pelo menos metade dos municípios corresponderem a territórios do interior, com referência à Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, e/ou a municípios das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores;
- e) Integrar, no mínimo, 1 município com mais de 30.000 habitantes.

O interesse manifestado pelos municípios nesta iniciativa, refletiu-se na submissão de 17 candidaturas, que envolveram 95 municípios representativos de áreas urbanas de diferentes dimensões e de todas as regiões do país, incluindo do interior e das regiões autónomas dos Açores e Madeira. Das 17 candidaturas submetidas, 16 cumpriram

todos os critérios de admissibilidade e elegibilidade previstos nos regulamentos e passaram à fase de avaliação do seu mérito.

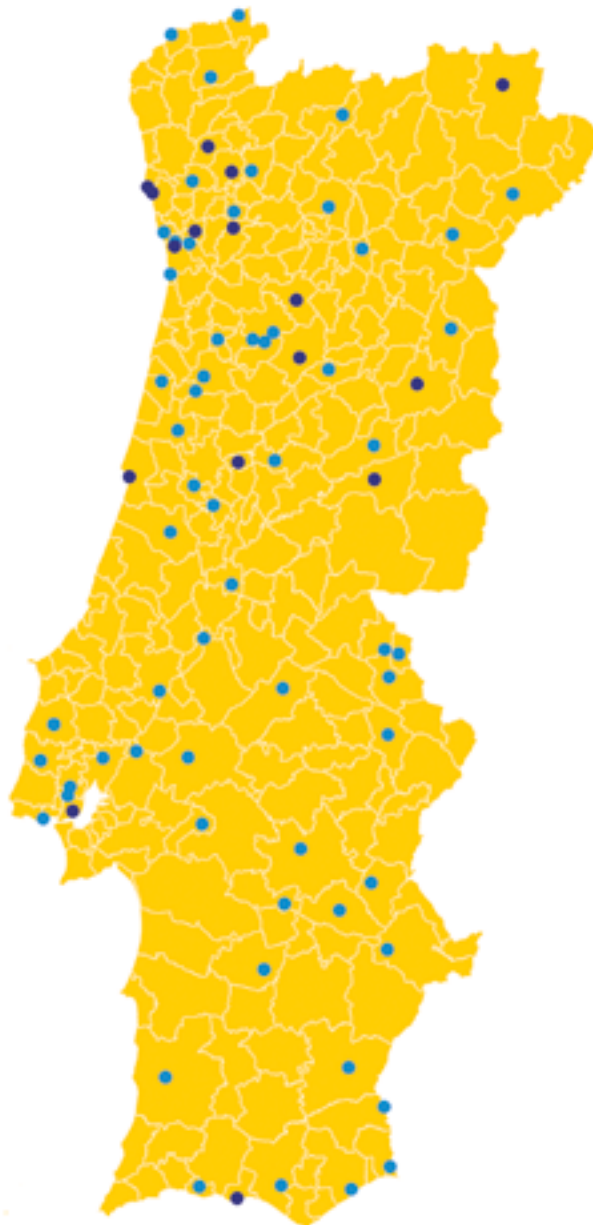
As 16 candidaturas admitidas e elegíveis foram então avaliadas pelo ICS-UL, na qualidade de Organismo Externo de Avaliação, com base num conjunto de parâmetros organizados em seis critérios de avaliação:

1. Relevância do enquadramento do tema/desafio apresentado;
2. Qualidade da parceria;
3. Qualidade da metodologia e das atividades propostas;
4. Gestão de Projetos e Especialização;
5. Valor Acrescentado da Proposta;
6. Coerência da proposta.

Concluída esta etapa, a avaliação permitiu a seleção das quatro Redes Cidades Circulares que levariam a cabo o Programa. Os resultados foram publicados a 5 de fevereiro, em Diário da República n.º 25/2021, Série II, de 5 de fevereiro de 2021.

Mapa com os municípios que integraram as candidaturas elegíveis

- Parceiro Líder
- Parceiros de rede



A atividade das redes

A **atividade** das redes foi estruturada em duas fases diferentes: a Fase 1 constituiu uma fase preparatória, que culminou com a produção de um Estudo Base por parte de cada rede; e a Fase 2, uma fase mais operativa, em que foram desenvolvidos os Planos Locais de Ação Integrada (PLAI) de todos os municípios parceiros.

FASE 1

Durante a Fase 1 decorreu o processo de consolidação organizativa, focagem conceptual e diagnóstico prospetivo tendente à cristalização de uma proposta metodológica e programática das Redes Cidades Circulares. Esta fase teve a duração de quatro meses, tendo-se iniciado com a assinatura dos contratos, em setembro de 2021, concluindo as suas atividades em janeiro de 2022, com a apresentação de um Estudos Base por cada rede.

No decurso desta fase o consórcio, com o apoio de um perito, definiu em detalhe os desafios e as áreas de atuação prioritárias, permitindo que os parceiros fizessem um diagnóstico inicial da situação local e identificassem as áreas de cooperação relevantes para os seus territórios, que interessam para a sua região

Nesta etapa os peritos e os gestores das redes realizaram visitas a todos os municípios parceiros e debateram com os responsáveis políticos, técnicos e elementos das comunidades locais os desafios e oportunidades da transição para uma economia circular nos temas prioritários e transversais que se propuseram abordar.

Estas visitas, para além de terem permitido consolidar as parcerias, tiveram também o objetivo de adequar o enquadramento temático dos projetos de cada rede às necessidades e problemas específicos dos diferentes territórios abrangidos, permitindo a identificação de desafios comuns, em respeito pelas diferenças geográficas, sociais e económicas. As visitas e reuniões possibilitaram a partilha de boas práticas já implementadas nos municípios envolvidos na rede e desta forma a identificação de possíveis soluções ou orientações para os PLAI. Nesta fase, foram ainda constituídos os Grupos de Ação e Planeamento Local (GPAL), no âmbito dos quais estes planos vieram a ser desenvolvidos. Todas estas atividades se levaram ser fundamentais para a consolidação das parce-



rias e para a definição de estratégias e metas que viriam a ser alcançadas na fase seguinte.

Como produto desta fase, para além de toda a partilha de conhecimento e intercâmbio alcançados, foram produzidos os referidos Estudos Base, documentos elaborados pelos Peritos de Rede com a participação técnica e o compromisso político de todos os parceiros.

Estudo Base

Estes documentos, elaborados pelos Peritos de Rede, com a participação técnica e o compromisso político de todos os parceiros, constituíram o diagnóstico prospetivo de cada uma das Redes Cidades Circulares e o ponto de partida para o trabalho de planeamento de ação que cada parceiro viria a desenvolver em resposta ao seu contexto, recursos e desafios locais, até ao final do programa. Os Estudos Base consensualizaram a interpretação dos desafios de transição para a economia circular, traduzindo o entendimento partilhado por todos os parceiros da rede

Após submetidos pelos gestores das redes para análise e validação pela Autoridade de Gestão, estes documentos foram apreciados pela Comissão de Acompanhamento da InC2 e disponibilizados publicamente.

FASE 2

A Fase 2 constituiu a fase mais operativa do programa, a nível interurbano e local, na qual cada parceiro desenvolveu o seu PLAI, através de processos participativos e de cocriação, tendo subjacentes as trocas de conhecimento e de intercâmbio entre parceiros, sendo este intercâmbio uma das principais atividades executadas pelas Redes.

Esta fase dos trabalhos arrancou em fevereiro de 2022, mês em que as Redes Cidades Circulares deram início às atividades, tendo a duração de 18 meses. Partindo dos Estudos Base que continham o “diagnóstico prospetivo” de cada rede, identificando os desafios de política para a circularidade urbana a abordar, nesta fase foi desenvolvido um trabalho exaustivo de planeamento de ação em resposta a cada contexto territorial, recursos e desafios locais de cada parceiro.



O desenvolvimento e produção dos PLAI foi efetuado através de trabalho conjunto pelos parceiros das redes com os respetivos GPAL constituídos na fase anterior. Nesta fase, cada parceiro trabalhou com um GPAL que reuniu diversas partes interessadas, nomeadamente, representantes eleitos e responsáveis técnicos dos setores de política abordados pelo PLAI, representantes das comunidades locais, beneficiários diretos e indiretos vinculados às políticas ou desafios de circularidade identificados, organizações da sociedade civil, bem como representantes de interesses privados, quando relevante. A elaboração destes planos teve assim subjacente um processo orientado co-criativo, que exigiu um trabalho contínuo e de proximidade durante os referidos 18 meses.

Grupos de Planeamento de Ação Local

Os GPAL foram grupos criados durante a Fase 1 do projeto, tendo sido constituído um GPAL por cada um dos parceiros das Redes Cidades Circulares. Estes grupos integraram os principais stakeholders da região e contribuíram para a identificação dos desafios locais, no que respeita à transição de uma economia linear para uma economia urbana circular, bem como de possíveis soluções para empreender essa transição.

Os membros destes grupos participaram ainda no co-desenvolvimento do PLAI e em atividades que visaram o intercâmbio de experiências e a consolidação de conhecimentos sobre a economia circular, apoiando os parceiros ao longo de todo o programa. A criação destes grupos permitiu a implementação de um modelo de participação bottom-up na definição das políticas urbanas nos diversos



territórios abrangidos e assegurou a disseminação do conhecimento adquirido, contribuindo ainda para a troca de experiências.

Planos Locais de Ação Integrada

Os PLAI são o resultado de processos colaborativos desenvolvidos por cada município com as suas comunidades, no âmbito dos respetivos GPAL, consistindo em documentos que estabelecem a visão, os objetivos e as ações que os municípios parceiros das Redes Cidades Circulares se propõem a desenvolver e implementar com vista à transição para uma economia circular nos seus territórios.

Os PLAI consubstanciam assim uma ferramenta de trabalho para os municípios, criada de forma participativa, na qual é estabelecido o programa a implementar, identificando iniciativas a implementar no curto, médio e longo prazo, na área temática de cada uma das Redes Cidades Circulares. São instrumentos programáticos, sendo todavia dinâmicos e interativos, com possibilidade de evoluírem em resultado



da sua implementação, resultados alcançados, novos desafios e oportunidades que possam surgir.

Estes planos constituem o principal resultado da Fase 2 dos trabalhos das Redes Cidades Circulares, que terminou no final de julho de 2023. Os 32 PLAI produzidos incluem 226 ações: 111 ações respeitantes a projetos e práticas de economia circular, 7 a produção de conhecimento, 27 a criação e/ou revisão de regulamentação e incentivos e 81 a ações de capacitação, comunicação e sensibilização. As 4 redes destacaram ainda 34 destas ações como particularmente emblemáticas.

O trabalho de elaboração dos PLAI percorreu todas as atividades desenvolvidas pelas redes ao longo da implementação da InC2, beneficiando do processo de capacitação e intercâmbio ocorridos, bem como

dos input e visão de cada um dos municípios parceiros das redes e atores dos GPAL.

Todos os 32 PLAI estão agora integralmente disponíveis ao público, através da página da iniciativa (<https://cidadescirculares.dgterritorio.gov.pt/pages/os-plai>).

Academia Redes Cidades Circulares

No âmbito das atividades de capacitação e de apoio técnico foi promovida pela DGT, em co-organização com o município do Fundão, a Academia Redes Cidades Circulares.

A Academia decorreu no Fundão, na sua Escola Profissional, entre os dias 5 e 7 de abril de 2022, em formato presencial e incluiu a realização de palestras, workshops e visitas de campo organizadas, tendo contado com o apoio do ICS-UL e de peritos metodológicos,



constituindo-se como o principal evento de formação transversal para as redes.

A formação teve como objetivos capacitar os formandos em conceitos relacionados com a teoria da mudança e a transição verde e em metodologias participativas e de planeamento local de ação, fornecendo ferramentas essenciais para o desenvolvimento dos PLAI, tendo-se constituído como uma oportunidade para as cidades participantes partilharem experiências e fortalecerem relações, promovendo o networking informal e a criação de memórias comuns.

As visitas de campo tiveram lugar no Fundão nos seguintes núcleos: Centro de Migrações do Fundão; Centro de IoT Agrotech, laboratório vivo para o desenvolvimento, teste e demonstração de tecnologias para agricultura;

Centro de Negócios e Serviços Partilhados do Fundão; Incubadora Urbana Polinucleada de Empresas e Negócios; e Fab Lab Aldeias de Xisto.

O evento, especialmente dirigido aos técnicos dos municípios das quatro Redes Cidades Circulares e respetivos GPAL, contou com mais de 70 participantes, oriundos de cerca de 30 municípios de todas as regiões de Portugal continental, Açores e Madeira. Neste encontro estiveram ainda presentes representantes de CCDR e CIM que integram a Comissão de Acompanhamento da InC2 e de municípios não envolvidos nas 4 redes, mas comprometidos com a transição para uma economia circular nos seus territórios.

Esta Academia revelou ser um importante contributo para a motivação e inspiração das Redes Cidades Circulares, tendo sido fundamental para o sucesso da execução do Programa e para a qualidade dos PLAI que foram desenvolvidos pelos municípios participantes.



Info Cidades Circulares

Para apoiar a componente de comunicação, a DGT lançou, no dia 25 de janeiro de 2022, o primeiro número do jornal digital 'info Cidades Circulares', que passou a ser publicado com uma periodicidade quinzenal até ao mês de outubro de 2023. Esta ferramenta de comunicação permitiu disseminar informação sobre a InC2 e as Redes Cidades Circulares, não só pelos parceiros, mais também por todos os interessados nestas temáticas, promovendo a disseminação do conhecimento e a reflexão crítica entre os membros da InC2 e uma comunidade mais alargada de partes interessadas na economia circular nas cidades.

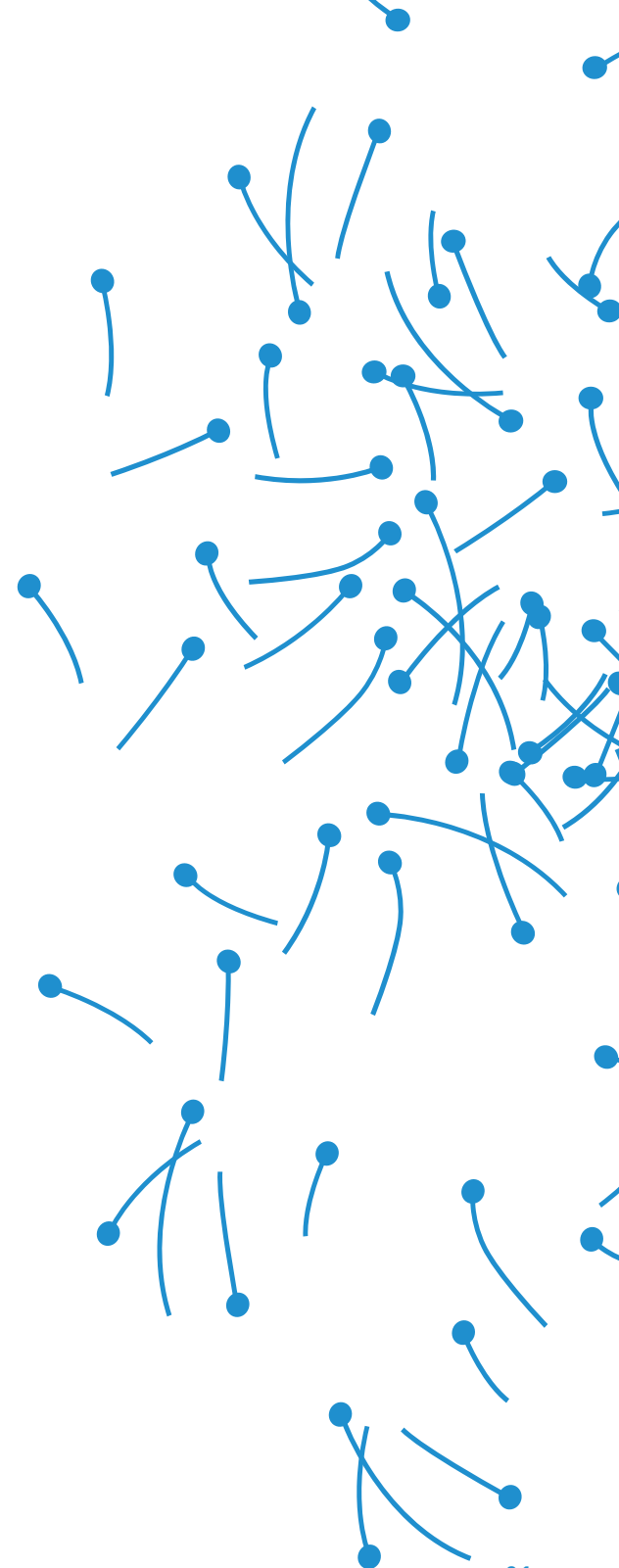
A 'info Cidades Circulares' foi decisiva para garantir que os municípios pudessem partilhar a aprendizagem, progressos e resultados da sua experiência com os interessados no tema da economia circular.

Em cada número da 'info Cidades Circulares' foi destacado pelo menos um artigo, da autoria de um elemento da comunidade da InC2: um parceiro, um ator local de uma rede, um perito, um membro da Comissão de Acompanhamento ou um elemento do Secretariado Técnico da InC2. Os temas e conteúdos dos artigos propostos para publicação foram da iniciativa dos seus autores, sendo a sua publicação da responsabilidade do Secretariado Técnico da InC2. Foram desta forma publicados dezenas de artigos, que incidiram sobre uma amplitude muito variada de conteúdos relevantes, incluindo boas-práticas locais, experiência partilhadas no decurso do processo de trabalho das redes, reflexões críticas sobre a InC2, o enfoque num desafio ou solução de transição, especificidades territoriais, etc.



Adicionalmente, a 'info Cidades Circulares' divulgou também notícias sobre os trabalhos e atividades das redes e a sobre a execução do programa, bem como outras informações e recursos relevantes, tais como documentos, oportunidades de formação e outros eventos.

Para a publicação regular destes conteúdos foi fundamental a colaboração das equipas de projeto de cada município parceiro das Redes Cidades Circulares, que enviaram propostas de artigos para publicação e partilharam informação sobre as atividades programadas ou desenvolvidas no âmbito das redes, bem como documentos ou eventos relevantes concorrentes para os objetivos da InC2.





Tema prioritário:
'Ciclo Urbano da Água'

Temas transversais:
'Descarbonização',
'Transição Digital' e
'Equidade e Inclusão Social'

Setembro de 2021 a julho de 2023

Laboratório da Paisagem de Guimarães (líder) e municípios de
Águeda, Lagoa (Açores), Loulé, Mértola, Oeiras, Oliveira de
Frades, Ponte de Sor.





Uma rede de todos e para todos, para um consumo urbano de água mais sustentável

Eurico Neves
Perito da rede CApt2

Estamos habituados a dar a água por garantida. Abrimos a torneira e ela jorra e, portanto, gastamo-la como se ela fosse infinita e fosse jorrar para sempre, independentemente do nosso comportamento, das alterações climáticas e da maior ou menor eficiência dos modelos de gestão deste recurso. Mas hoje já temos obrigação de saber que não é assim já que cerca de 4 biliões de pessoas, representando cerca de dois terços da população mundial, sofrem de escassez severa de água durante pelo menos um mês por ano (dados das Nações Unidas), e que também em Portugal 97% do território já passou por um nível de seca severa, trazendo o risco real da escassez de água para o dia-a-dia das pessoas e das cidades.



Visita de Estudo
Internacional ao Chipre

Foi por estes motivos que, quando o Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC), através da DGT, decidiu implementar um programa para apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular, com a InC2, um grupo de cidades liderado pelo Laboratório da Paisagem do município de Guimarães empreendeu uma proposta na área da Circularidade Urbana da Água.

Desta iniciativa nasceu o projeto de rede CApt2 – ‘Circularidade da Água, por todos e para todos’ que após 2 anos de atividade encerrou os seus trabalhos neste mês de ju-

nho de 2023, e que para além do já referido Laboratório da Paisagem como instituição líder, reuniu ainda os municípios de Águeda, Lagoa (Açores), Loulé, Mértola, Oeiras, Oliveira de Frades e Ponte de Sor como parceiros. Uma parceria que juntou territórios de todo o país, com municípios densamente e escassamente povoados – desde Oeiras com 3758 hab/Km² até Mértola com apenas 7,9 hab/Km² – e promoveu a colaboração entre áreas habitadas a uma abundância de água, como Lagoa nos Açores, e outras que vivem já de perto com a falta dela, como Mértola ou Loulé.

Esta aparente heterogeneidade foi, curiosamente, um dos pontos fortes da rede desde o seu início. A partilha de experiências resultantes da escassez de água, levou a que outros municípios ainda menos confrontados com o problema se consciencializassem da necessidade de antecipar e prever problemas futuros, priorizando soluções que sem esta experiência de colaboração poderiam demorar muito mais tempo a impor-se. Foi desta forma que, por exemplo, Lagoa, onde a água é abundante e por isso mesmo ainda utilizada sem grandes cuidados, se inspirou nos modelos de gestão inteligente de rega de Oeiras para planejar desde já um sistema de controle que permita melhorar monitorizar consumos e perdas, ou Guimarães se baseou no sistema de reciclagem de água das piscinas municipais de Loulé para rega de espaços públicos, para desde logo implementar um projeto piloto semelhante ainda no decorrer do projeto. Foi também desta forma que municípios como Águeda ou Oliveira de Frades se reviram nas medidas de comunicação e sensibilização da população já em prática em Mértola, para incluírem nos seus planos de ação medidas destinadas à comunicação, para diferentes públicos, sobre a necessidade de poupar no consumo de água.

Esta partilha de experiências e boas práticas extravasou mesmo o domínio específico do projeto, para incluir temas mais abrangentes. O modelo da entidade coordenadora da rede, o Laboratório da Paisagem de Guimarães, como uma entidade de investigação aplicada promovida por um município em colaboração com entidades científicas – as Universidades do

Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro — e que em poucos anos se estabeleceu como uma referência na área da sustentabilidade, com um retorno em termos de projetos e recursos altamente qualificados para o seu território numa escala muitas vezes superior ao investimento camarário, inspirou outros parceiros como Mértola, Águeda ou Ponte de Sor a planearem ações de investigação e desenvolvimento em conjunto com universidades locais. E a visita internacional realizada pela rede ao Chipre, mostrou a todos os oito municípios que Portugal tem ainda um longo caminho a aprender, nomeadamente no campo da reutilização da água, com países que pela sua geografia e clima enfrentam já hoje situações de escassez que, infelizmente e pela ação das alterações climáticas, aparecem igualmente como inevitáveis no longo prazo para países como o nosso. No Chipre 95,4% da água residual urbana é reutilizada para rega e agricultura, e quando durante a visita o presidente da câmara de Nicósia perguntou aos autarcas portugueses sobre o nível de reutilização em Portugal e foi confrontado com os níveis praticamente inexistentes do nosso país, a sua resposta foi elucidativa: ‘então vocês não têm problemas de falta de água’. Ainda não, faltou acrescentar, mas o tempo de planejar para o futuro é agora, e é isso que faz com que uma rede como o CApt2 seja tão importante.

Mas apesar de todo o conhecimento adquirido nas partilhas nacionais e na visita internacional, talvez a maior riqueza resultante desta rede tenha sido o sucesso do seu modelo participativo de co-criação de um plano de ação em conjunto com os atores locais mais significativos. Inspirada pelo programa europeu URBACT (www.urbact.eu), em que cidades portuguesas têm tido uma participação significativa, a InC2 definiu como metodologia de implementação para as suas redes um modelo de cooperação a dois níveis. Um primeiro, a nível nacional e de partilha entre cidades parceiras através de reuniões e visitas em cada município, e um segundo e complementar, a nível local e com a constituição em cada cidade de um GPAL, chamado a elaborar, em conjunto com o município e beneficiando do conhecimento ganho por este no nível nacional, o plano de ação final da cidade para a sus-

tentabilidade no tema da circularidade da água. Para estes GPAL foram chamados a participar atores públicos e privados — tal como juntas de freguesia, entidades gestoras de água e ambiente, associações, empresas e grupos organizados de cidadãos — com um interesse direto nas questões de projeto. Ao longo do projeto cada cidade organizou e animou um conjunto de reuniões deste grupo, intercaladas com as reuniões de nível nacional, e evoluindo da análise dos problemas para a sugestão de ações concretas e finalmente o seu planeamento. O Plano Local de Ação Integrada (PLAI) final que cada cidade produziu como resultado final da rede foi assim resultado de um trabalho de co-criação entre cada Câmara Muni-

**Conferência Final
do Projeto CApt2
‘Os Desafios da
Circularidade da Água’**



cipal e os seus técnicos e os atores locais envolvidos no grupo, sendo esperado que a colaboração se prolongue por uma co-implementação com o GPAL a ter um papel no acompanhamento da execução no terreno das ações, e alguns dos seus atores a poderem ter uma intervenção direta nalgumas das tarefas planeadas. Ou seja, um plano para uma melhor circularidade urbana da água, feito por todos e para todos, como sempre foi o objetivo do projeto, e que prepare as nossas cidades para um futuro não muito distante em já ninguém dá a água por garantida.

Cronograma dos trabalhos da rede CApt2



Ações emblemáticas CApt2

GUIMARÃES

Reutilização da água das Piscinas Municipais para reaproveitamento em usos diversos não potáveis.

ÁGUEDA

Bairro + Sustentável: Projeto piloto demonstrativo de boas práticas que foquem a eficiência hídrica.

OEIRAS

Instalação de bacias de retenção para o aumento da resiliência a fenómenos extremos de inundações.

LAGOA

Melhoramento do desempenho da componente técnica do sistema de abastecimento de água de forma a diminuir as perdas reais de água.

OLIVEIRA DE FRADES

Reutilização de água tratada na ETA para usos não potáveis.

PONTE DE SOR

Implementação de soluções para a diminuição do desperdício de água por evaporação nos grandes tanques/barragens e lagoas.

MÉRTOLA

Auditorias AQUA+ de eficiência hídrica em empreendimentos turísticos e alojamento local e equipamentos públicos.

LOULÉ

Reutilização de águas residuais tratadas dos balneários para rega dos espaços cultivados na Escola EB2,3 Padre João Coelho Cabanita.

Grupos de Planeamento de Ação Local CApT2

Águeda

Águas da Região de Aveiro – AdRA
Águas do Centro Litoral – AdCL
All-Aqua Lda.
Associação de Municípios do Carvoeiro – Vouga
Câmara Municipal de Águeda
CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Eco-escolas do concelho de Águeda
HFA – Henrique, Fernando & Alves, S. A. (empresa de Águeda ligada à eletrónica)
Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do município de Águeda
Laboratório da Paisagem de Guimarães
Living Place – Animação Turística
QUERCUS
Universidade de Évora / MARE (coordenação projeto LIFE Águeda)

Guimarães

Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica do Norte (APA-ARH Norte)
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave
Águas do Norte, S.A.
Associação Move.T+
Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH)
AVE – Associação Vimaranesa para a Ecologia
Brigadas Verdes de Guimarães
Câmara Municipal de Guimarães
Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)
Comunidade Intermunicipal do Ave
Escolas Secundárias e Agrupamentos de Escolas de Guimarães
Greve Climática Estudantil

Juntas de Freguesia do município de Guimarães
Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)
PSP – Brigada de Proteção Ambiental
Tempo Livre
TRATAVE: Tratamento de Águas Residuais do Ave
Universidade do MinhoVimágua: Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela
VITRUS Ambiente, EM, SA

Lagoa (Açores)

Associação Agrícola de São Miguel
Câmara Municipal de Lagoa (Açores)
Casas do Povo (do município de Lagoa, Açores)
DROTRH – Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos
ERSARA – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores
Instituições culturais e desportivas (do município de Lagoa, Açores)
IPSS (do município de Lagoa, Açores)
IROA – Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.
Juntas de Freguesia do município de Lagoa (Açores)
NELAG – Núcleo de Empresários de Lagoa
NONAGON – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel
ONG (do município de Lagoa, Açores)
Universidade dos Açores – Faculdade de Ciências e Tecnologia

Loulé

Águas do Algarve S.A.
AHETA – Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
APA – ARH Algarve
Aquashow Park
Assembleia Municipal de Loulé

Associação Almargem – Associação de Defesa do Património cultural e Ambiental do Algarve
 Associação IN LOCO
 ATA – Associação de Turismo do Algarve
 Câmara Municipal de Loulé
 CCDR Algarve
 Escolas do município de Loulé
 Hotel Wyndham Grand Algarve
 Infralobo E.M.
 Inframoura E.M.
 Infraquinta E.M.
 Juntas de Freguesia do município de Loulé
 Loulé Concelho Global E.M.
 Mar Shopping Algarve (Ingka Centres Portugal, S.A)
 Quinta da Ombria SA
 Região de Turismo Algarve
 Tech Salt S.A. – Mina de Sal Gema
 Universidade do Algarve (UAlg)

Mértola

ADPM Associação de Defesa do Património de Mértola
 AgdA – Águas Públicas do Alentejo
 APA
 Arqº Fernando Palma
 Associação de Empresários do Vale do Guadiana
 Associação Montícola
 Associação Terra Sintrópica
 Câmara Municipal de Mértola
 CIMBAL
 EDIA Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.
 Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva
 Junta de Freguesia de Corte do Pinto
 Junta de Freguesia de Mértola
 Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros
 Junta de Freguesia de Santana de Cambas
 Junta de Freguesia do Espírito Santo
 Santa Casa da Misericórdia de Mértola

União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e S. Pedro de Sólis

Oeiras

Administração da região Hidrográfica do Tejo e Oeste
 Águas do Tejo Atlântico
 INOVA+
 Instituto de Soldadura e Qualidade
 Instituto Superior Técnico
 Município de Oeiras
 Oeiras Viva, EM
 SIMAS de Oeiras e Amadora
 Taguspark, SA

Oliveira de Frades

Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades
 Campoaves
 Juntas de Freguesia do município de Oliveira de Frades
 Município de Oliveira de Frades
 Rubber Vulk
 Serra & Silva

Ponte de Sor

AAA – Águas do Alto Alentejo
 ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor
 ACORPSOR – Associação De Criadores De Ovinos Da Região De Ponte De Sor
 ADVT – Águas do Vale do Tejo
 AFLOSOR – Associação dos Produtores Agro- Florestais da Região do Sor
 Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor
 AMORIM Florestal, S.A.
 AREANATEjo – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo
 ARHT – Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P. (APA)
 Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia
 CCDR Alentejo

DRAP Alentejo
 E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A.
 ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
 Junta de Freguesia de Foros de Arrão
 Junta de Freguesia de Galveias
 Junta de Freguesia de Longomel
 Junta de Freguesia de Montargil
 Município de Ponte de Sor
 NAU Hotels & Resorts
 SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
 ULSNA – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano
 União das freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor
 VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.



Sessões de
trabalho da rede
CApt2





Sessões de
trabalho da rede
CApt2





Tema prioritário:
'Economia Urbana para a Circularidade'

Temas transversais:
'Transição Digital',
'Descarbonização' e
'Contratação Pública'

Setembro de 2021 a julho de 2023

Municípios de Figueira da Foz (líder), Arcos de Valdevez, Guarda, Monforte,
Moura, Praia da Vitória, Tavira, Vila Nova de Famalicão.





Resíduos orgânicos: uma nova visão municipal

Maria João Rauch,
Perita da rede
CircularNet

Valter Rainho
Gestor da rede
CircularNet

A CircularNet constituiu-se como uma Plataforma para a circularidade envolvendo Comunidade, Empresas e Ambiente Natural e teve por objetivo a transformação das cidades através de uma economia circular ao nível da reciclagem e recolha de resíduos, dos padrões de consumo e das fases de produção. Os Municípios parceiros desta Rede foram: Figueira da Foz (líder da Rede), Tavira, Monforte, Moura, Guarda, Vila Nova de Famalicão, Arcos de Valdevez e Praia da Vitória.

Esta rede de Municípios selecionou como primeira prioridade de trabalho o ODS 12, nomeadamente os bioresíduos, considerando-se Bioresíduos os resíduos biodegradáveis de espaços verdes, nomeadamente os de jardins, parques, campos desportivos, bem como os resíduos biodegradáveis alimentares e de cozinha das habitações, unidades de fornecimento de refeições, e retalho, e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos (cf. Artigo 3.º, alínea d do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho que estabelece a terceira alteração do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro)¹.

Esta escolha foi motivada pelas sérias dificuldades dos Municípios em cumprir o estipulado na Diretiva Quadro de Resíduos (DQR) dentro do prazo estabelecido, dezembro 2023.

**Visita à empresa
Minority Denim,
Vila Nova de
Famalicão**



Os principais objetivos da Rede eram:

- Desenhar um Plano de Ação Local Integrada (PLAI) para cada cidade parceira no âmbito da Economia Urbana para a Circularidade incorporando políticas de cada uma das cidades participantes, integrando prin-

cípios de desenvolvimento sustentável.

- Aumentar o número e o impacto de iniciativas relacionadas com a reciclagem, recolha de resíduos e produção, através de processos circulares e desenvolvimento de novos padrões de consumo.
- Promover estruturas que aumentem a participação e cooperação entre atores nos processos locais da economia urbana para a circularidade.
- Otimizar a transferência e partilha de conhecimentos, bem como, de experiências através de uma rede de cidades associadas no projeto.

No quadro global do ODS 12 escolhido foram selecionadas as seguintes áreas de atuação: Fluxos de Bioresíduos, Consumo Sustentável, Fluxos de Resíduos Florestais, Fluxos de RCD, Fluxos de Resíduos Agrícolas, Fluxos de volumosos e aplicação do Sistema PAYT. Dado o carácter diferenciado dos Municípios envolvidos, quer em dimensão quer em características socioeconómicas, as áreas de atuação selecionadas para a elaboração do PLAI foram também diferenciadas. No entanto as duas primeiras áreas foram comuns a todos os parceiros, o que permitiu uma partilha mais intensa de experiências e conhecimentos. Dada a relevância política dos temas tratados pela parceria houve um grande envolvimento de políticos municipais o que le-

**Visita a empresa
de RCD na
Figueira da Foz**



vou ao estabelecimento de uma dimensão política para o trabalho da Rede com vista à identificação dos obstáculos de carácter legal e político que devem ser ultrapassados para se potenciar a aceleração da implementação da Diretiva já mencionada. A incorporação desta componente política teve um efeito catalisador dado o envolvimento e empenhamento dos representantes políticos na identifica-

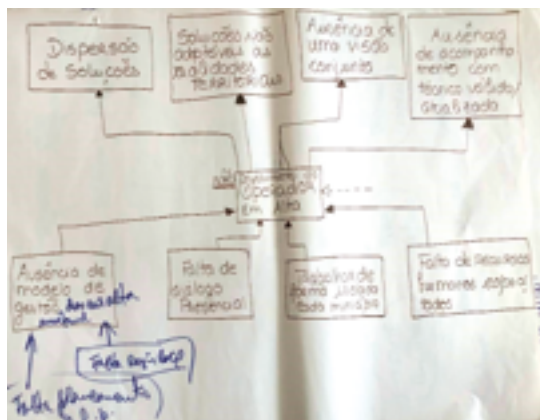
¹ EY Estudo Prévio de Resíduos 2019

ção dos desafios e no interesse em arranjar soluções para os problemas dos Municípios.

Os resultados do trabalho da Rede CircularNet foram um grande sucesso, sobretudo se tivermos em consideração que esta rede era constituída por Municípios com experiência quase inexistente, incluindo o parceiro líder, na utilização dos princípios e metodologia participativas e integradas como definido pelo Programa. Este tipo de metodologia representa um enorme desafio para os Municípios quando é conhecido que as estruturas são normalmente hierárquicas e organizadas em áreas temáticas paralelas e sem grande conexão entre si. Esta situação exigiu um esforço inicial significativo quer de entendimento cabal dos novos conceitos e sua aplicação ao nível de integração de políticas internamente, quer de mobilização de outros atores para o Grupo Local (GPAL). Para este sucesso contribuiu grandemente, externamente, a escolha adequada dos parceiros para o Grupo local que permitiu uma consolidação dos métodos de trabalho participativo e, internamente, o envolvimento e empenhamento político que permitiu o cruzamento efetivo de várias áreas dentro dos Municípios levando à criação de um PLAI efetivamente integrado.

As reuniões do GPAL e as reuniões intermunicipais constituíram-se como o Fórum de excelência de partilha aprendizagem mútua que serviram de base a uma forma mais participativa de elaboração de estratégias e políticas bem como de soluções para a sua implementação. A utilização de métodos mais estruturados e participativos na preparação dos PLAI permitiu a todos os municípios estarem preparados para apresentar propostas de financiamento mesmo antes daqueles Planos estarem concluídos o que foi um fator de mobilização para a parceria. As visitas às boas práticas locais foram muito enriquecedoras para todos os parceiros e levaram ao aparecimento de 'inspirações' que resultaram no desenvolvimento de novas soluções.

A visita de estudo a Mouans Sartoux foi um excelente corolário para a observação concreta do que se consegue realmente implementar com sucesso e sobre os fatores que o permitem. Os parceiros foram de opinião que a utilização das práticas e conceitos é possível num contexto municipal em Portugal, privilegiando o não ao desperdício alimentar, a prevenção de resíduos e uma economia circular e saudável. No entanto, a maior dificuldade poderá ser o entendimento por parte de entidades fiscalizadoras pelo que deverá ser ponderada a maior flexibilização da implementação de regulamentos que são comuns, sem nunca colocar em causa a segurança e saúde do principal utilizador do sistema, as crianças e os municípios. Esta visita



Estruturação dos problemas e objetivo

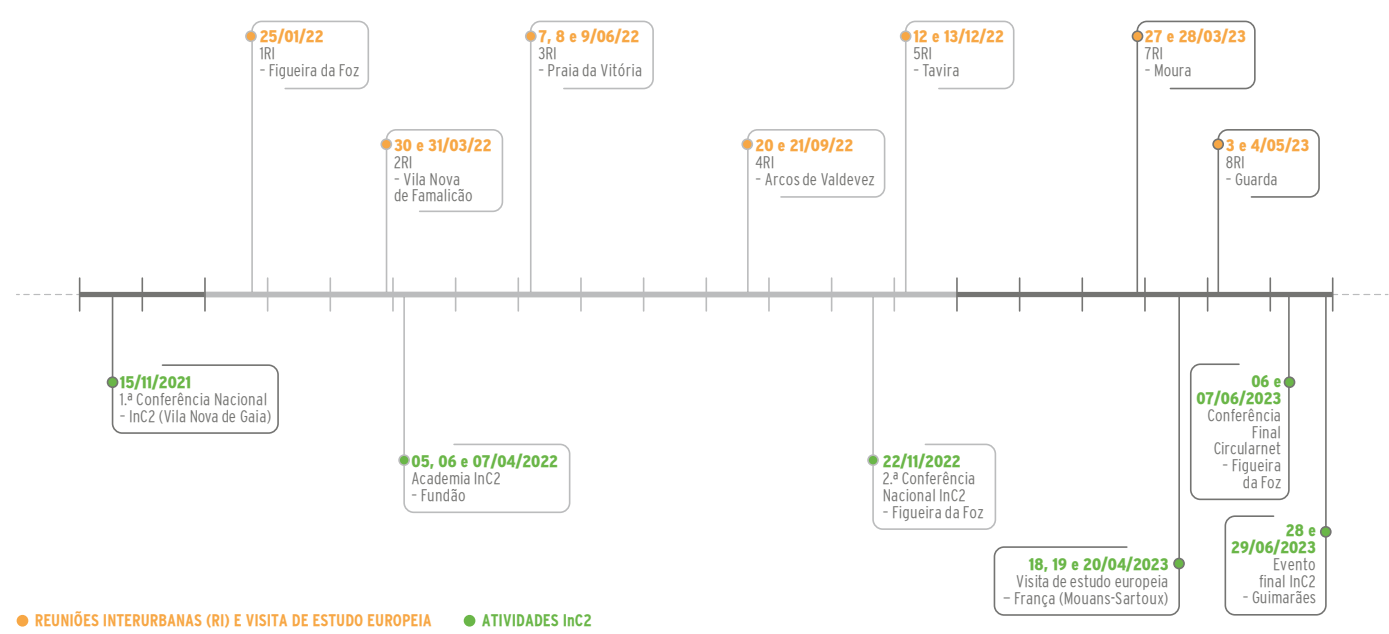
foi um ponto alto do projeto e superou as expectativas dos participantes pela metodologia utilizada na implementação do sistema de alimentação biológico durável nas Escolas e pelas reações subsequentes na comunidade. As alterações comportamentais foram sendo consolidadas com recurso a pequenos passos, mas com a certeza da sua possibilidade de implementação e de replicabilidade para além da comunidade escolar. Esta aprendizagem de saber feito sobre uma abordagem inovadora e bem-sucedida levou a que a maior parte dos Municípios tenha imediatamente começado a implementar alguns dos elementos no seu território. 'Dado que o programa pretende estimular uma agricultura sustentável, torna-se necessário uma maior abertura e flexibilidade entre diversas Entidades. Sabe-se que o normativo para um projeto deste género em Portugal é complicado de executar, mas reconhecendo-se o valor do projeto e com a criação de incentivos tem muito potencial para ser implementado e bem-sucedido'.



Visita a Mouans Sartoux

Outro momento relevante do projeto foi a organização de reuniões bilaterais de cada um dos municípios com os seus potenciais financiadores (em geral as CCDR) que permitiu, por um lado, dar a conhecer os PLAI, e deste modo influenciar dentro do possível a últimação dos Programas Regionais, e, por outro lado, receber informação sobre os instrumentos mais adequados à implementação dos PLAI.

Cronograma dos trabalhos da rede CircularNet



Ações emblemáticas CircularNet

FIGUEIRA DA FOZ

EIXO 1

Biorresíduos Alimentares

Promover ações de sensibilização nas cantinas das unidades industriais

Reduzir o desperdício alimentar através da criação de um programa de combate ao desperdício alimentar

Criar um espaço municipal destinado à agricultura biológica, promover a qualidade das refeições servidas a cada criança (no contexto escolar), refletindo-se na saúde e bem-estar, e promover consumo e hábitos alimentares saudáveis, através de ações de sensibilização

EIXO 2

Biomassa Florestal

Sensibilizar os diferentes públicos-alvo para a importância da gestão da biomassa florestal ao nível ambiental, social e económico

Elaborar um Estudo Prévio que contenha todas as especificidades necessárias para a instalação dos centros de recolha

Desenvolver Planos de Formação para divulgar o Modelo de Gestão que se pretende implementar no Município

Divulgar o quadro de financiamento para o acesso a instrumentos específicos de criação de empresas especializadas no setor, com mão-de-obra especializada

EIXO 3

Resíduos de Construção e Demolição

Formar e capacitar a comunidade escolar do ensino

Secundário e Profissional sobre gestão de RCD's

Diminuição da pegada de carbono com a criação de circuitos curtos de transporte de RCD

Incorporação de RCD's, de acordo com o Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro de pelo menos, 10% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação da empreitada e construção e da manutenção de infraestruturas ao abrigo do código de contratos públicos.

ARCOS DE VALDEVEZ

EIXO 1

Fluxo de Biorresíduos

Implementação de circuito de recolha seletiva de biorresíduos (Utilizadores não-domésticos – Zona urbana

Criação de um programa piloto de compostagem comunitária

EIXO 2

Produção e Consumo Sustentável

Criação de uma unidade industrial para valorização de resíduos orgânicos

GUARDA

EIXO 1

Biorresíduos Alimentares

Compostagem escolar – Distribuição de compostores aos estabelecimentos de ensino que possuam cantinas e espaço externo sem impermeabilização do solo, para produção de composto que será utilizado nos espaços verdes da escola)

EIXO 2

Biorresíduos vegetais

Valorizar os sobantes nas áreas urbanas – Estilhaçamento dos resíduos verdes e deposição no jardim sempre que o espaço o permita; Encaminhamento dos resíduos verdes para o centro de triagem da CM para estilhaçamento e posterior valorização.

Valorizar os sobantes nas áreas rurais – Criação de espaços de deposição temporária de biorresíduos vegetais provenientes das ações de gestão dos espaços florestais/agrícolas/verdes particulares ou públicos, para recolha e tratamento por biotrituração, criando assim uma alternativa às tradicionais queimas de sobantes com a vantagem da estilha obtida poder ser disponibilizada para compostagem doméstica e incorporação nos solos florestais.

PRAIA DA VITÓRIA

EIXO 1

Fluxo de Biorresíduos

Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes ao "Doméstico" e "Não Doméstico" – Terá como principal foco a implementação de uma recolha seletiva de biorresíduos ao "Doméstico" e ao "Não Doméstico", através da recolha porta a porta ou por valorização na origem (compostagem doméstica) ou de proximidade (compostagem comunitária).

EIXO 2

Produção e Consumo Sustentável

Combate ao desperdício alimentar – Principal foco é promover padrões de produção e consumo responsáveis, para atingir a redução da produção de resíduos.

EIXO 3

Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental

Campanhas de informação e capacitação – Terá como foco principal a disponibilização de informação, que leve a uma real mudança de comportamentos dos munícipes e da sociedade em geral.

Grupos de Planeamento de Ação Local CircularNet

Arcos de Valdevez

ACIAB – Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca
Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez
Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca
Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa
EPRALIMA (Escola Profissional)
Município de Arcos de Valdevez
RESULIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez
The Tomorrow Company – Flywaste

Figueira da Foz

ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz
Alfaroxo Trading, Lda.
CCDRC, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Cliper Ceramica, SA
EFP – Empresa Figueirense de Pescas, Lda
Gintegral, Gestão Ambiental, SA
Grupo Altri, SA
Grupo Auchan, SA
Grupo Lusiaves, SA
IEFF – Incubadora de Empresas da Figueira da Foz – Associação para o Desenvolvimento Empresarial
Maltha Glass Recycling Portugal
Marefoz (Universidade de Coimbra)
Microplásticos, SA
Município da Figueira da Foz
RCD's – Resíduos de Construção e Demolição, SA
SS Bioenergias, SA
The Navigator Company
United Resins – Produção de Resinas, SA

Guarda

Agrupamentos de Escolas do município da Guarda
Albino Teixeira – Construções E Aluguer De Máquinas, Lda
António Saraiva & Filhos, Lda.
Associação Floresta Viva – Sapadores Florestais
Biosfera Construções Unipessoal, Lda
COFICAB
Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca
Estabelecimento Prisional da Guarda
Floresta Renovada
GNR – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)
IPG
Juntas de Freguesia do município da Guarda
Município da Guarda
PSP – Brigada de Proteção Ambiental
Resiestrela (tratamento de biorresíduos em alta)

Monforte

Agrupamento de Escolas Monforte
Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Trindade Salgueiro (Centro de Recuperação de Menores Assumar – Irmãs Hospitalleiras)
Fertiprado – Sementes e Nutrientes, Lda.
Município de Monforte
Oleoalegre, Lda. (Migasa)
Santa Casa da Misericórdia de Monforte
Urbigav – Construções E Engenharia, S.A.
VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Moura

ADCMoura – Associação para o Desenvolvimento do concelho de Moura
Agrupamento de escolas de Amareleja
Agrupamento de escolas de Moura
Câmara Municipal de Moura

CCDR Alentejo
Escola Profissional de Moura
GNR Moura
Instituto Politécnico de Beja
Juntas de Freguesia do município de Moura
RESIALENTEJO, EIM
Universidade Sénior

Praia da Vitória

Câmara Municipal da Praia da Vitória
Escola Básica Integrada da Praia da Vitória
Escola Profissional da Praia da Vitória
Junta de Freguesia do Cabo da Praia
Lar D. Pedro V – Valência Lar e Ação Social na
área Alimentar
Praia Ambiente, E.M.
Restaurante “O Pescador”
Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória
– Valência Educativa
TERAMB, EM – Empresa Municipal
de Gestão e Valorização Ambiental
da Ilha Terceira

Tavira

Agrupamento de Escolas D. Manuel I
Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto
Correia
Algar
Associação Âncora
Associação da Baixa de Tavira
Associação de Turismo de Tavira
Centro Ciência Viva de Tavira
Centro Humanitário – Cruz Vermelha de Tavira
Centro Humanitário de Tavira
Centro Social de Santo Estêvão
Escola da Conceição
Escola de Cabanas
Jardim-Escola João de Deus
Restaurante À Mesa
Restaurante Aurora Steak House
Restaurante Nó de Gosto
Taviraverde

Torre D'Aires GATO – Apartamento de
reinserção

Vila Nova de Famalicão

ACIF – Associação Comercial e Industrial de
Famalicão
AECCB (Agrupamento de Escolas Camilo
Castelo Branco)
AR Famalicão – Associação de Restaurantes
de Famalicão
EConnect Portugal
EGI – Gestão de Resíduos Lda.
Kortex
Minority Denim
Município de Vila Nova de Famalicão
PRAÇA – Mercado Municipal de
Famalicão
Reciclagem Orgânica
REFOOD
Resinorte

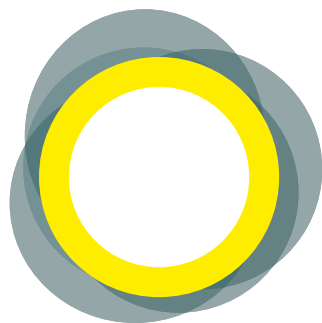
Sessões de
trabalho da rede
Circularnet





Sessões de
trabalho da rede
Circularnet





R2CS
rede circular
para a construção
sustentável

Tema prioritário:
'Urbanismo e Construção'

Temas transversais:
'Descarbonização' e
'Contratação Pública'.

Setembro de 2021 a julho de 2023

Gaiurb Urbanismo e Habitação E.M. (líder) e municípios de Mangualde, Mértola, Oliveira de Frades, Ponta Delgada, Ponte de Sor, Ribeira Brava, Valongo.





VILA NOVA DE GAIA

Valongo

VALONGO



OLIVEIRA DE FRADES



PONTA DELGADA



RIBEIRA BRAVA

MANGUALDE



PONTE DE SOR



MÉRTOLA



● Parceiro Líder
● Parceiros de rede

Promovendo uma maior circularidade no sector do urbanismo e construção

Pedro Soutinho
Perito da rede R2CS

Circularidade no urbanismo e construção

O sector do urbanismo e construção é uma das áreas-chave no processo de transição para uma economia circular. O sector tem um peso significativo na pegada ecológica global, quer em termos de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) quer em termos de resíduos produzidos (RCD). A introdução de práticas mais circulares permitirá minimizar estes impactos negativos e simultaneamente promover a inovação dos processos construtivos atuais, no sentido de uma maior sustentabilidade e rentabilidade ao longo de todo o ciclo-de-vida das estruturas criadas. Neste âmbito, os municípios assumem um papel fundamental na persecução desta política, quer na sensibilização dos diversos atores para importância da adoção destas práticas quer criando condições para a sua aplicação do ponto de vista processual e legal, com vista a uma maior circularidade no setor.

Sessões de trabalho da rede R2CS

A rede R2CS

A rede R2CS (Rede Circular para a Construção Sustentável), criada no âmbito da Iniciativa Nacional Cida-

versos stakeholders. Este desenvolvimento assentou em três pilares principais: por um lado, uma forte componente participativa, com dinamização de um grupo local reunindo os principais atores da região, por outro, a integração de diferentes perspetivas numa visão e estratégia comum, e finalmente, explorando o potencial da rede para trocar experiências entre as cidades participantes, assim como troca de conhecimentos com entidades externas ligadas ao setor.

A metodologia adotada, inspirada no modelo Europeu URBACT, mostrou uma grande eficácia no desenvolvimento dos trabalhos da rede, quer pela multiplicidade dos contactos estabelecidos quer pela qualidade dos planos de ação resultantes, mostrando-se simultaneamente muito acessíveis (fácil leitura para não-técnicos e medidas muito claras), mas também muito completos (evidenciando diversas abordagens integradas e participativas), fornecendo uma excelente ferramenta de apoio à decisão na gestão municipal. Naturalmente que este processo de transição para uma economia circular é um longo caminho do qual apenas percorremos as etapas iniciais. Deste modo, a rede privilegiou a



des Circulares (InC2), reuniu oito municípios portugueses (Vila Nova de Gaia, Oliveira de Frades, Mangualde, Ponte de Sor, Mértola e Valongo e nas ilhas, Ponta Delgada e Ribeira Brava) e teve como principal objetivo o desenvolvimento de um Plano Local de Ação Integrada (PLAI) para o setor em estreita colaboração com os di-

adoção de medidas passíveis de serem implementadas num horizonte de curto e médio-prazo, procurando que o plano possa ser rapidamente posto em prática, começando por medidas simples mas estruturantes, usando estas como catalisadores de medidas mais ambiciosas.

Diversidade e convergência

A diversidade de cidades envolvidas na rede, nomeadamente quanto à densidade populacional e ao grau de urbanização, colocou algumas dúvidas iniciais sobre a eficácia do processo colaborativo. No entanto, estas dúvidas rapidamente se dissiparam, dado que por detrás desta grande diversidade de contextos, verifica-se que a maioria dos problemas identificados a nível local, são na verdade bastante similares, permitindo explorar todo o potencial das abordagens colaborativas. Deste modo foi possível co-criar uma visão comum da rede, partilhando objetivos e métodos para os atingir.

Pelo contrário, esta diversidade trouxe mais-valias para o projeto, permitindo identificar diferentes tipologias de problemas, assim como variadas soluções e maneiras de abordar os desafios, sendo naturalmente adaptadas ao caso em concreto de cada cidade. Em resultado deste processo de co-criação, os PLAI resultantes apresentam uma resposta efetiva aos problemas locais identificados sem perder a sua coerência transversal, nomeadamente o seu alinhamento com as estratégias de redução das emissões de GEE. Des-

blemas comuns a todos os municípios, fornecendo assim uma base de trabalho para todos os que pretendem implementar uma agenda circular nas suas cidades.

Colaboração alargada

Um dos aspetos mais relevantes dos trabalhos da rede foi a extensa colaboração quer entre os membros da rede (e.g. técnicos municipais) quer com entidades externas (e.g. empresários, empreiteiros, projetistas, urbanistas, associações profissionais, etc), proporcionando a integração sobre um propósito comum dos diversos interesses e dificuldades encontradas, e fornecendo orientações para as medidas preconizadas nos planos de ação finais. As dificuldades de adaptação à legislação nacional, nomeadamente em termos de reutilização de RCD's ou, a falta de sensibilização dos atores para as possíveis soluções, foram alguns dos problemas identificados pela rede, levando a uma reflexão sobre as medidas a tomar. Nesse sentido, os planos de ação preveem iniciativas de sensibilização dirigidas aos técnicos municipais e atores locais, assim como a criação de grupos de trabalho com o objetivo de rever os processos urbanísticos atuais, por

Sessões de
trabalho da rede
R2CS



te modo, os planos de ação coproduzidos tornam-se eles próprios contribuintes de forma concertada para a atual estratégia nacional para a economia circular. Neste sentido, é importante realçar o potencial de transferibilidade destas medidas para outros municípios, disponibilizando um vasto leque de soluções para pro-

exemplo, promovendo a introdução de incentivos para a circularidade em novos projetos urbanísticos.

Para além desta cooperação com atores locais, a rede promoveu a cooperação com outras entidades externas, de forma a consertar as medidas propostas com as diversas iniciativas nacionais e europeias atualmente em

curso, com destaque para a colaboração estabelecida com o BUILT CoLAB (Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro), responsável pela recente publicação (janeiro de 2023) do ‘Plano de Ação para a Circularidade na Construção’ e, a nível europeu, com o novo Plano de Ação para a Economia Circular lançado em março de 2020 pela Comissão Europeia, que constitui um dos principais alicerces do Pacto Ecológico Europeu (Green Deal), o novo roteiro da Europa para o crescimento sustentável.

Durante a implementação do projeto foram levadas a cabo diversas visitas de estudo com intuito dos parceiros terem um contacto direto com as diversas realidades da

de uma plataforma digital para identificar e caracterizar os resíduos existentes e desenvolver modelos demonstradores para validação da tecnologia de reconversão de resíduos (<https://portal.azores.gov.pt/web/lrec/projeto-rebuild-17>). Destaque também para a iniciativa ‘Agenda Madeira Circular’ (<https://madeiracircular.pt>) lançada pelo Governo Regional da Madeira com o objetivo de criar uma plataforma colaborativa envolvendo os vários atores da região no sentido de desenvolver ações de promoção da economia circular.

O sucesso da iniciativa traduziu-se na elaboração de planos de ação que resultaram dos contributos de uma grande variedade de stakeholders locais e nacionais,

Quadro-resumo dos principais vetores dos planos de ação

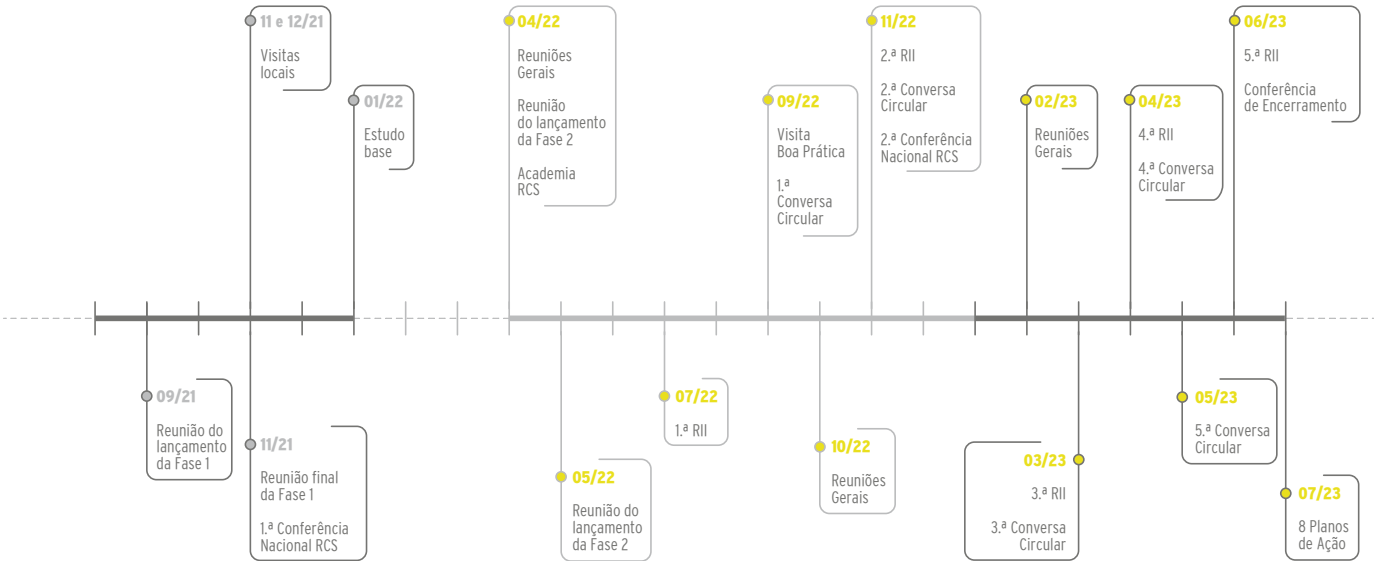


implementação de stakeholders-chave na implementação das estratégias locais de circularidade, nomeadamente, às empresas IAC Ambiente (Mangualde – recolha, triagem e valorização de RCD), Carmo Wood (Oliveira de Frades – soluções com base na madeira tratada), Casais (Braga – modularidade na construção), Panari Bloco (Ribeira Brava – RCD’s no fabrico de blocos) onde foi possível observar in loco como estas empresas estão implementar a suas estratégias de circularidade. Para além destas visitas a empresas do setor, a rede promoveu também o contacto com outras projetos e instituições, como por exemplo o projeto Rebuild 17 em visita ao Laboratório Regional de Engenharia Civil em Ponta Delgada que visa a criação

lançando as sementes para a implementação de uma política circular a nível local em linha com as estratégias nacionais e europeias. A forte relação de cooperação estabelecida, quer entre as cidades participantes, quer com outras entidades relevantes, permitiu uma intensa troca de conhecimentos e identificação de oportunidades de inovação plasmadas nos respetivos planos de ação integrados. Sendo uma iniciativa pioneira, os resultados da InC2 são francamente positivos, e de certo modo lançou a “primeira pedra” no estabelecimento destes processos de colaboração de uma forma continuada, em busca das melhores soluções para acelerar este processo de transição para uma maior sustentabilidade da nossa economia.



Cronograma dos trabalhos da rede R2CS



● FASE 1 - 08/2021 a 01/2022 ● FASE 2 - 04/2022 a 07/2023

Ações emblemáticas R2CS

VILA NOVA DE GAIA

Implementar as conversas circulares como prática recorrente (página 25 do PLAI de GAIA)
Criação de ficha de catalogação de materiais utilizados em obras municipais (página 34 do PLAI de GAIA)

MANGUALDE

Revisão Regulamentar e Criação de incentivos

PONTA DELGADA

Registo e Utilização da Plataforma ReBuild17 como Banco de Materiais

RIBEIRA BRAVA

Criação de sinergias interconcelhias para soluções circulares, com operadores privados ou públicos

Grupos de Planeamento de Ação Local R2CS

Mangualde

Agrupamento de Escolas de Mangualde
Associação de Municípios do Planalto Beirão
Associação Empresarial de Mangualde
Associação Jovens Senhora do Castelo
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Costa Ibérica – Madeiras, S.A.
IAC Ambiente
Instituto Politécnico de Viseu
Jomanor, Unipessoal Lda
Juntas de Freguesia do município de Mangualde
Mangual-Técnica – Indústria Metalomecânica
Pavisteel, Lda
PJA
PreZero Portugal
Renascer Floresta – Cooperativa Agro-Silvícola de Magualde, CRL.
Sonae Arauco
Stellantis Mangualde
Valter Valente – Gestão de Resíduos, Lda.

Mértola

3 Arquitetos que trabalham em projetos com o Município
AEVG – Associação de Empresários do Vale do Guadiana
AgdA – Águas Públicas do Alentejo
Agência Portuguesa do Ambiente
Carpintaria Os Três Irmãos, Lda
CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
Empreiteiros Locais
Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva
Junta de Freguesia de Corte do Pinto
Junta de Freguesia de Mértola
Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros
Junta de Freguesia de Santana de Cambas
Junta de Freguesia do Espírito Santo

União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e S. Pedro de Sólis

Oliveira de Frades

AMBIFORMED – Ambiente, Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho, Lda.
Carmo Wood
Construções Laurindo
DAUB – Arquitetura
EM Arquitetura
Grupo Martifer
Grupo Revilaf
Grupo TEAGA
JMB – Arquitectos
Olicof – Construções, Lda
Previcon – Pré Esforçados SA
PSAA Arquitectura
UP Energy

Ponta Delgada

AICOPA – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores
Associação Amigos dos Açores
Direção Regional das Obras Públicas dos Açores
Fibrenamics – Instituto de Inovação em Materiais Fibrosos e Compósitos
Laboratório Regional de Engenharia Civil dos Açores
Marques – Inovação e Ambiente
Musami – Operações Municipais do Ambiente, EIM SA
Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos
Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros
Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos
Tecnovia Ambiente

Ponte de Sor

ACIPS – Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor

AREANATEjo – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo

Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Alentejo

Construções Pragosa, S.A.

Gabinetes Técnicos: Arq.ª Bárbara Fojo, Arq.ª

Carla Simões, Arq.ª Daniel Luís, Arq.ª Davide

Falca, Eng.ª Daniel Santos, Eng.ª Filipe Parelho,

Eng.ª Vera Simões

GNR – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)

Junta de Freguesia de Galveias

Junta de Freguesia de Montargil

União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor

Universidade de Évora (áreas da arquitetura, engenharia e gestão)

VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Valongo

AdEPorto – Agência de Energia do Porto

AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil de Obras Públicas

AIEV – Associação Industrial e Empresarial de Valongo

Associação Nacional de Coberturas Verdes

Associação Smart Waste Portugal

Bewater – Águas de Valongo

Câmara Municipal de Valongo

CENFIM – Ermesinde

LIPOR – Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos

Vallis Habita Sociedade Municipal de Gestão de Empreendimentos habitacionais de Valongo E.M.

Vila Nova de Gaia

Águas de Gaia, EM, SA

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Vila Nova de Gaia

BUILTCoLab – Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Norte

FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Inovagaia

Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte

Ordem dos Engenheiros – Região Norte

Universidade do Minho – Escola de Engenharia



Sessões de
trabalho da
rede R2CS



Sessões de trabalho da rede R2CS





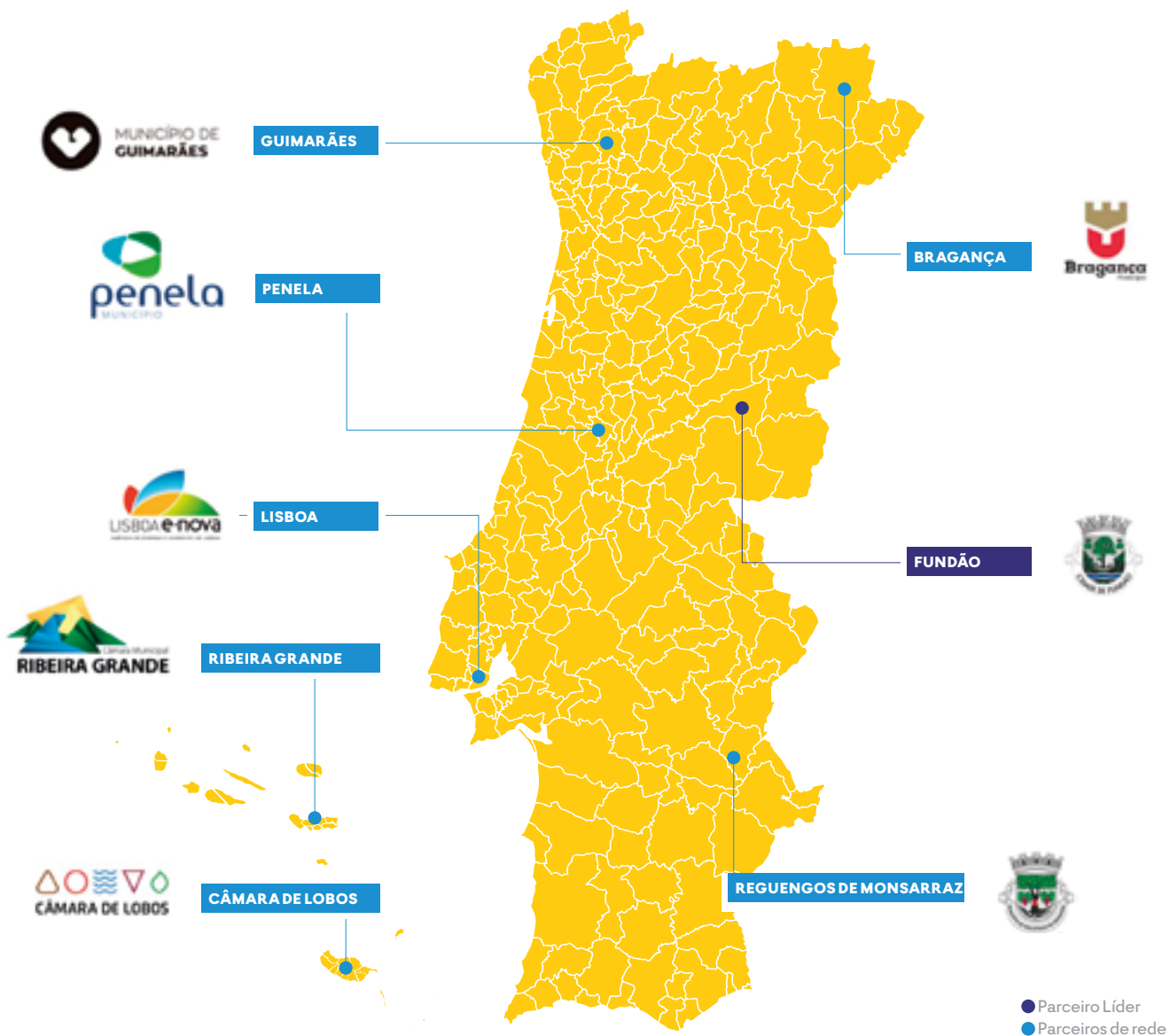
Tema prioritário:
'Relações Urbano-Rurais'

Temas transversais:
'Transição Digital' e
'Equidade e Inclusão Social'

Setembro de 2021 a julho de 2023

Municípios do Fundão (líder), Bragança, Câmara de Lobos, Guimarães, Penela, Reguengos de Monsaraz, Ribeira Grande e Lisboa E-Nova – Agência de Energia-Ambiente de Lisboa;





Legado Rurban Link

Miguel Sousa
Perito da rede
Rurban Link

A participação das 8 cidades na rede InC2 RURBAN-LINK, Município do Fundão, Município de Bragança; Município de Penela; Município de Guimarães; Município de Reguengos de Monsaraz; Município da Ribeira Grande; Município de Câmara de Lobos e Lisboa E-Nova – Agência de Energia-Ambiente de Lisboa, permitiu dotá-las de mais competências em economia circular, mais participação das comunidades locais, mais integração territorial para o desenvolvimento urbano sustentável e de um Plano Local de Ação Integrada (PLAI) com uma visão 2030. Com encerramento formal das 4 redes InC2 em junho de 2023, o desafio é criar as condições para a implementação do PLAII e construir futuro em cima do legado RURBANLINK.

O objetivo principal da rede RURBANLINK foi explorar em estreita articulação e colaboração o potencial e a promoção das ligações funcionais circulares entre áreas urbanas e rurais, enquanto alavancas do desenvolvimento territorial integrado e de processos colaborativos de base local.

Durante todo o processo de colaboração analisou-se e debateu-se a promoção de um sistema alimentar urbano/rural que torne mais eficiente e sustentável o fluxo de produtos desde a produção até ao processamento, distribuição e consumo e a consequente gestão de resíduos e processos associados.

Os PLAII das cidades são estruturados com Ações que pretendem contribuir para:

- Rever os atuais modelos lineares de gestão baseados num modelo económico de extração, produção e eliminação;
- Desenhar novas relações de produção, distribuição e consumo no setor alimentar; um novo modelo económico catalisado pela inovação ao longo de toda a cadeia de valor é necessário para minimizar consumos de materiais e as perdas de energia;
- Promover novas interações funcionais entre as áreas rurais e as áreas urbanas, através de uma visão circular assente numa forte complementaridade entre a cidade e a sua envolvente rústica;
- Analisar os espaços de produção disponíveis para que possam desempenhar as funções de um sistema alimentar urbano convenientemente ordenado, tendo como objetivo a redução da dependência alimentar mediante uma estratégia alimentar urbano/rural inovadora;
- Identificar outros desafios ao nível das relações urbano rurais, designadamente ao nível da inclusão social, da mobilidade, da programação cultural e da sensibilização e mobilização cívica.

O legado do RURBANLINK refere-se ao impacto duradouro e às consequências deixadas após sua conclusão. É uma medida do valor e da influência que o projeto tem ao longo do tempo. Neste contexto, o legado é bastante significativo em vários níveis de intervenção:

- **Na Implementação de práticas sustentáveis:** O projeto resulta no desenho e planeamento dos PLAII, com vista à sua futura implementação, específicos para promover a economia circular no sistema alimentar urbano/rural que minore o fluxo de produtos desde a produção até ao processamento, distribuição e consumo e a consequente gestão de resíduos e processos associados, em cada uma das cidades participantes. Isto incluiu a adoção de práticas de reciclagem e reutilização, a redução do desperdício, a implementação de políticas de consumo responsável, entre outras iniciativas. Práticas essas sustentáveis e que perduram além do tempo de vida do projeto, promovendo a preserva-

Sessão de trabalho
da rede RurbanLink





Sessão de trabalho
da rede RurbanLink

ção ambiental e o uso eficiente dos recursos.

- **Consciencialização e envolvimento da comunidade:** Durante a implementação do projeto foram constituídos 8 Grupos de Planeamento de Ação Local (GPAL), um em cada uma das cidades, onde foram envolvidas as comunidades locais, empresas privadas, centros de conhecimento, agências de desenvolvimento local, entre outros, numa abordagem participativa “bottom-up” sobre a economia circular e as suas vantagens. Cada grupo era constituído por 10 a 12 organizações, o que significa que entre 80 a 100 organizações participaram de forma ativa no projeto. O trabalho desenvolvido por esta comunidade RURBANLINK contribuiu para gerar evidências, identificar desafios, testar soluções e influenciar decisões em práticas da economia circular. Estes grupos criam, em cada uma das cidades, uma base sólida para a sustentabilidade contínua e para o envolvimento da comunidade em questões ambientais.
- **Aprendizagem contínua entre as cidades:** O projeto estabeleceu uma rede de colaboração entre as 8 cidades participantes promovendo a partilha de conhecimento, experiências e melhores práticas. Essa colaboração irá continuar após o encerramento do projeto,

permitindo que as cidades trabalhem de forma bilateral ou em conjunto, em outras iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à economia circular. Numa perspetiva inspiradora e a par com trabalho de co-criação e partilha cada um dos territórios deu a conhecer aos restantes parceiros boas práticas em desenvolvimento, que podem ser consideradas referências a nível nacional nas matérias relacionadas com a promoção das relações urbano-rurais, processos de transição para sistemas de gestão local mais circulares e bons contributos para a sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares locais. Independentemente do trabalho de cooperação e partilha cada um dos territórios, perante as suas características e especificidades desenvolveu uma abordagem adaptada à sua realidade.

- **Desenvolvimento de expertise local:** Ao longo do projeto, através dos GPAL, especialistas locais foram envolvidos e capacitados para lidar com questões relacionadas com a economia circular. Isto criou uma base de conhecimento local que pode ser utilizada em projetos futuros e em outras áreas de desenvolvimento sustentável.
- **Influência em políticas públicas:** Os resultados do projeto pretende ter impacto significativo na formulação de políticas públicas relacionadas com economia circular. Nomeadamente, em relação ao Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) e Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), medidas previstas no novo ciclo de planeamento preconizado até 2030 e enquadra o Plano Estratégico de Resíduos Urbanos (PERSU) e o Plano Estratégico de Resíduos Não Urbanos (PERNU), bem como o novo Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), destinado a promover uma transição sustentada para uma economia circular em alinhamento com os desígnios dos Planos de Ação da União Europeia para a Economia Circular e do Pacto Ecológico Europeu, cujo objetivo último é o de assegurar a transição para uma economia com um impacto neutro no clima, eficiente na utilização de recursos e competitiva. As experiências e resultados obtidos pelas cidades participantes podem ser partilhados com autoridades governamentais, influenciando a



Sessão de
trabalho da rede
RurbanLink

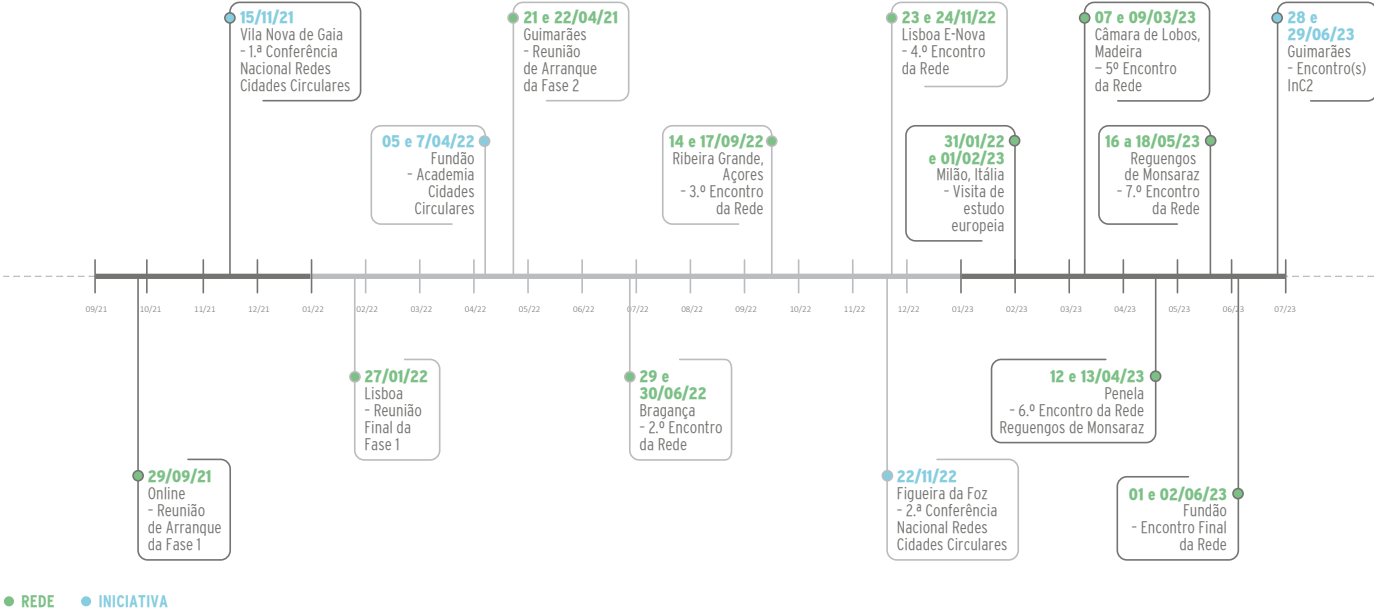
adoção de medidas e estratégias de longo prazo para promover a economia circular em nível regional, nacional e até mesmo internacional.

O legado do projeto RURBANLINK assenta na premissa, confirmada ao longo da implementação do projeto, que metodologias que coloquem cidades a aprender com cidades funcionam e produzem resultados positivos para os ecossistemas locais (empresas, academia e sociedade civil).

A fase de implementação dos PLAI, que se espera que seja de sucesso para capitalizar todo o trabalho desenvolvido, vai necessitar de condições regulamentares, financeiras e operacionais, que permita operacionalizar as Ações que fazem parte dos PLAI.

Nesta perspetiva e em síntese, o legado RURBANLINK consolidou um pressuposto de base: o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento rural constituem duas realidades intrinsecamente interdependentes num modelo de desenvolvimento territorial que se pretende integrado, sustentável e circular. É expectativa de todos aqueles que participaram ativamente no projeto, que o seu legado influenciará as políticas e práticas futuras, inspirando a criação de comunidades mais resilientes, prósperas e equilibradas.

Cronograma dos trabalhos da rede Rurban Link



Ações emblemáticas Rurban Link

GUIMARÃES

Loopify – Ação desenvolvida por Guimarães no âmbito da sua participação enquanto membro da Iniciativa de Redes Cidades Circulares, com foco nas questões relacionadas com as Relações Urbano-Rurais e Sistemas Agroalimentares, é a criação de uma plataforma digital, denominada Loopify, que agregue e disponibilize informação a produtores, transformadores e consumidores de resíduos, com vista à recolha e valorização dos resíduos, por forma a potenciar sinergias entre os diferentes atores do concelho.

PENELA

Implementação da recolha de resíduos valorizáveis a todo o concelho – Esta ação contempla um conjunto de atividades que têm como principal foco aumentar a abrangência de recolha de resíduos valorizáveis a todo o concelho e que se traduzem no seguinte:

1. Melhoria dos meios de recolha de resíduos diferenciados (Projeto PEN ECO), com afetação de recursos humanos à operação, aquisição de viatura com capacidade adequada e garantia de meios de depósito temporário. Esta atividade para além do plástico, vidro e papel, inclui a recolha de óleos alimentares usados pela CerciPenela e a sua reconversão em detergentes ecológicos pela EcoX;
2. Alargar a recolha de resíduos valorizáveis a um maior número de localidades do concelho;
3. Combate ao desperdício alimentar;
4. Programa piloto para a utilização de biocombustíveis avançados para utilização em frotas públicas municipais;
5. Implementação de Sistema de compostagem;
6. RecolhaBio – Implementação do projeto de recolha seletiva de biorresíduos.

CÂMARA DE LOBOS

Centro de recolha circular do Mar à Serra – Criação de um centro de compostagem municipal de material orgânico com capacidade para transformar o excedente orgânico de produtos dos agricultores e produtores locais, da restauração, das escolas e de algumas famílias.

BRAGANÇA

Bragança Naturalmente Local – Ação de promoção de cadeias curtas, a fim de sensibilizar e implementar – na restauração do concelho de Bragança – a utilização de produtos agroalimentares com origem local, com a criação de menus e ementas que destaquem a riqueza e diversidade dos produtos.

FUNDÃO

Agricultura Inovadora e Sustentável – Reduzir a pegada ecológica do sector agrícola, conservando os recursos naturais e melhorando o bem-estar dos agricultores e das comunidades rurais, enquanto se garante e promove a segurança alimentar.

LISBOA

Medir para conhecer – Pretende-se com esta ação, desenvolver um conjunto de metodologias e ferramentas de monitorização de fluxos de alimentos que abastecem a cidade e que incorporem não apenas a matéria orgânica como resíduo, mas contemplando também as fases prévias à sua eliminação, desde o processo de produção, à distribuição e ao consumo.

REGUENGOS DE MONSARAZ

Enquadramento do Plano de Salvaguarda da Biodiversidade e Desenvolvimento Rural na Economia Circular – Promoção da defesa e melhoria dos habitats e das espécies que permitam reconhecer o património natural no desenvolvimento rural e da economia local circular.

RIBEIRA GRANDE

EduCircular | Educar para a circularidade – Promoção e disseminação de ideias circulares e do empreendedorismo circular, gestão de resíduos e desperdício alimentar, com especial enfoque nas comunidades escolar e piscatória, restauração (aposta na certificação dos restaurantes com produtos locais) e festivais de verão e feiras, em parceria com Câmara do Comércio, Juntas de freguesia, AHRESP, Fibrenamics, Associação de Pescas, Casermel. Esta é uma ação chave no desenvolvimento numa cultura e mentalidade de boas práticas circulares, promovendo diferentes modelos de inclusão social.

Grupos de Planeamento de Ação Local

Bragança

ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança
Centro Ciência Viva
Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos
CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
Fundação Betânia
ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
Instituto Politécnico de Bragança
IPB – Centro De Investigação De Montanha
Juntas de Freguesia do município de Bragança
Laboratório da Montanha
Lagar Cooperativo dos Olivicultores da Região de Izeda
MORE – Laboratório Colaborativo (Colab) Montanhas de Investigação
NERBA (Associação Empresarial de Bragança)
Pão de Gimonde
Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia-EcoPark
Resíduos do Nordeste, EIM
União das IPSS

Câmara de Lobos

ACAPORAMA – Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira
Associação de Agricultores da Quinta Grande
Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo
Associação Insular de Geografia
Casa do Povo da Quinta Grande
Casa do Povo de Câmara de Lobos
Casa do Povo do Curral das Freiras
Casa do Povo do Estreito de Câmara de Lobos
Casa do Povo do Jardim da Serra
CDISA – Centro de Desenvolvimento e Inovação Sociocultural e Agroflorestal
Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta
Direção Regional de Agricultura da Madeira

Direção Regional de Turismo da Madeira
FRIIC – Gelados de Fruta da Madeira
Hotel Pestana
Hotel Quinta da Serra
Junta de Freguesia da Quinta Grande
Junta de Freguesia do Curral das Freiras
Junta de Freguesia do Jardim da Serra
Quinta da Saraiva Hotel

Fundão

ADACB – Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco
Agrupamento de Escolas do Fundão
Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto
Escola Profissional do Fundão
Fhlud – Technologies, Lda
Universidade da Beira Interior
Vera Cruz

Guimarães

3B's Research Group for Biomaterials, Biodegradables and Biomimetics
A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL
ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais
AEG – Associação Empresarial de Guimarães
Associação de Municípios de Fins Específicos
Quadrilátero Urbano
Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia
Bfruit
Câmara Municipal de Guimarães
Casa da Juventude de Guimarães
CCG – Centro de Computação Gráfica
CIM-Comunidade Intermunicipal do Ave
CITEVE – Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Guimarães
CVR – Centro de Valorização de Resíduos
DTx Colab – Digital Transformation CoLab
Estrutura de Missão 2030
Fibrenamics – Instituto de Inovação em

Materiais Fibrosos e Compósitos
Gestave – Associação de Gestão Agrícola do Alto Ave
Givaware
Guimarães Marca
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação
IBR – Incubadora de Base Rural de Guimarães
IDEGUI – Instituto de Design de Guimarães
Instituto de Bio Sustentabilidade
IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Juntas de Freguesia do município de Guimarães
Kiwi Greensun
Laboratório da Paisagem de Guimarães
Modatex
PIEP – Polo de Inovação de Polímeros
Re Store
REFOOD
Resinorte
Set.Up Guimarães – Rede de Incubadoras Municipais
So Farm So Good
Sol do AVE
Tecminho – Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento
Tempo Livre
To Be Green
Universidade do Minho
UNU – Universidade das Nações Unidas
Vimágua: Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela
VITRUS Ambiente, EM, SA

Lisboa

A Praça
A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia
Agrobio
AHRESP
AML – Área Metropolitana de Lisboa

CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
 CML/Mercados
 Confagri
 Cooperativa Rizoma
 DECO
 Faculdade de Ciências
 Faculdade de Ciências e Tecnologia
 Grupo Auchan
 Grupo das Hortas de Lisboa
 Instituto de Ciências Sociais
 Instituto Superior Técnico
 Jerónimo Martins
 QUERCUS
 SIMAB/MARL
 SONAE
 Startup Lisboa
 Upfarming
 Valorsul
 Zero
 Zero Desperdício
 Zolve

Penela

About Food
 Agrupamento de Escolas Infante Dom Pedro
 APIN – Empresa intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior
 APRORABAÇAL – Associação de Produtores do Queijo Artesanal da Região do Rabaçal
 Cercipenela
 CIM-Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
 Cooperativa Agrícola de Condeixa e Penela
 EcoX
 Incubadora IPN
 Instituto Pedro Nunes
 Instituto Politécnico de Coimbra
 Município de Penela
 NEP – Núcleo Empresarial de Penela
 Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento

Vinísicó – Associação de produtores de vinho das Terras de Sicó

Reguengos de Monsaraz

Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz
 APA – ARH Alentejo
 CARMIM
 CIMAC
 EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.
 Esporão
 Universidade Aberta – Polo Reguengos de Monsaraz
 Universidade de Évora

Ribeira Grande

A.R. Casanova
 AHRESP
 AICOPA – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores
 Albano vieira S.A.
 AMISM
 Artur Oliveira – Madeiras produção e exportação
 Associação Agrícola de S.Miguel
 Associação de Pescas de Rabo de Peixe
 Associação Terra Verde
 Azorfisk
 Bel Fromageries
 Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada
 Casermel – Cooperativa de Apicultores e Sericultores de São Miguel
 Clube Naval de Rabo de Peixe
 Cofaco
 Cooperativa Costa Norte
 EDA Renováveis S.A.
 Empresa de Inserção Social Três Pontas
 Escola Básica e Integrada da Maia
 Escola Básica e Integrada da Ribeira Grande
 Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe
 Escola Profissional da Ribeira Grande

Escola Secundária da Ribeira Grande
 Fábrica de Biscoitos Roveredo
 Fábrica de Chá Porto Formoso
 Fábrica de Licores Eduardo Ferreira & Filhos Lda.
 Fábrica do Chá Gorrena
 Fat Tuna
 Fibrenamics – Instituto de Inovação em Materiais Fibrosos e Compósitos
 GAL Pescas
 Há Mar
 Herdeiros de Agostinho Ferreira de Medeiros
 Insulac
 Irmãos Vieira, Lda.
 IROA – Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.
 Junta de Freguesia de Calhetas
 Junta de Freguesia de Conceição
 Junta de Freguesia de Fenais da Ajuda
 Junta de Freguesia de Lomba da Maia
 Junta de Freguesia de Lomba de S. Pedro
 Junta de Freguesia de Maia
 Junta de Freguesia de Matriz
 Junta de Freguesia de Porto Formoso
 Junta de Freguesia de Rabo de Peixe
 Junta de Freguesia de Ribeira Seca
 Junta de Freguesia de Ribeirinha
 Junta de Freguesia de Santa Bárbara
 Junta de Freguesia de São Brás
 Junta de Freguesia do Pico da Pedra
 Laboratório Regional de Engenharia Civil dos Açores
 Mariano Brum Gouveia
 Marques Engenharia & Construção S.A.
 MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM SA
 Organizações Papagaio
 Produtores Vacas Felizes
 Serviços de Desenvolvimento Agrário de S. Miguel
 Tecnovia
 Universidade dos Açores
 Yoçor



Sessão de trabalho
da rede Rurban Link



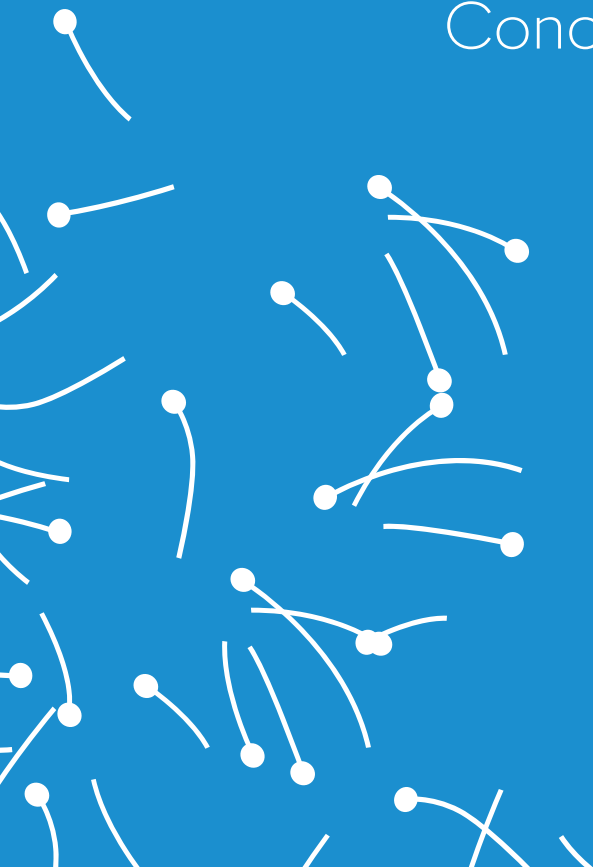


Sessão de trabalho
da rede Rurban Link





Conclusões



A **Iniciativa Nacional Cidades Circulares** nasceu em 2019 por vontade do Ministro do Ambiente e da Ação Climática com o objetivo de promover processos de partilha e planeamento colaborativo entre municípios no esforço comum de transição para a economia circular. Desde então e até à sua conclusão em 2023, este programa gerido pela Direção-Geral do Território assegurou o apoio financeiro e técnico à concretização de quatro Redes Cidades Circulares e à produção de 32 planos locais de ação integrados para a economia circular por 28 municípios providos de todas as regiões de Portugal. **Concretizando simultaneamente medidas do Plano de Ação para a Economia Circular e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território**, esta iniciativa assumiu um carácter experimental, focado no robustecimento das práticas de governança territorial e de planeamento local integrado e no estímulo a processos de partilha e co-aprendizagem entre municípios em torno de desafios complexos comuns enquanto condições essenciais para alavancar a necessária transição verde e justa.

A **Iniciativa Nacional Cidades Circulares** testou em Portugal uma nova abordagem na cooperação intermunicipal com a constituição de redes urbanas de planeamento de ação e o incremento da cooperação multi-regional, tomando inspiração e adaptando para a realidade nacional metodologias firmadas em programas e iniciativas europeias existentes:

- Do **programa europeu URBACT**, a iniciativa adaptou as redes de planeamento de ação e os métodos para a co-aprendizagem interurbana, a participação e envolvimento da comunidade local e o planeamento local integrado;
- Da **Agenda Urbana para a União Europeia**, a iniciativa aplicou as lições aprendidas sobre cooperação multinível, promovendo práticas de acompanhamento e apoio nacional e regional à implementação local de políticas europeias e nacionais.

Perspetivada como um programa de carácter experimental, a **Iniciativa Nacional Cidades Circulares** foi concebida tendo por base um conjunto de hipóteses de trabalho que se submeteriam ao teste da realidade na sua concretização efetiva ao longo dos quatro anos da sua duração:

1. A aplicação do método URBACT de redes de planeamento de ação é particularmente adequada para apoiar agendas de transição emergentes, como a economia circular a nível local, e haverá procura por parte das autoridades locais, porque desenvolve capacidade, conhecimento, cooperação entre cidades, participação local, ao mesmo tempo que fornece capitalização de resultados e possíveis práticas inspiradoras.

Quando a **Iniciativa Nacional Cidades Circulares** abriu a oportunidade de apoio a redes de cidades circulares, a adesão por parte dos municípios foi muito forte, evidente

tanto no volume de manifestações de interesse expressas na plataforma Praça das Cidades, como no volume de candidaturas apresentadas aquando do aviso lançado para a constituição das quatro redes cidades circulares.

De um conjunto de 17 candidaturas apresentadas, a iniciativa selecionou e apoiou o funcionamento de 4 redes ao longo de mais de dois anos, compostas por oito municípios cada uma, dotando-as de co-financiamento para as atividades planeadas e de capacitação metodológica através do apoio por peritos certificados no método URBACT e de ações de formação, como a Academia Cidades Circulares. Este trabalho resultou na constituição de grupos de planeamento de ação integrada local em cada um dos municípios parceiros das redes e na co-criação por estes de 32 planos locais de ação integrada para a economia circular, num contexto de partilha de conhecimento, co-aprendizagem e replicação de práticas inspiradoras entre municípios.

2. A aplicação de critérios de base territorial na constituição das redes de cidades circulares orientados para a cooperação multi-regional permitirá alcançar municípios de diversas dimensões e contextos territoriais e promover a valorização da diversidade territorial ao longo da iniciativa e para além dela;

A **Iniciativa Nacional Cidades Circulares** estabeleceu um conjunto de critérios de base territorial para a conformação das redes de cidades circulares, bem como a previsão de um acréscimo de financiamento para as redes com municípios parceiros das regiões insulares, por forma a apoiar redes de âmbito nacional, entre municípios de diferentes contextos territoriais, movidos por um desafio comum no âmbito da economia circular.

28 municípios das mais diversas dimensões urbanas e contextos territoriais e oriundos de todas as regiões do país, incluindo das duas regiões insulares, participaram nas quatro redes cidades circulares. A diversidade territorial da composição das redes permitiu a exploração por parte dos municípios parceiros de distintas dinâmicas e múltiplas perspetivas e abordagens em torno de um desafio comum de economia circular. Na confluência desta diversidade e da perceção da complexidade intrincada dos desafios e oportunidades de base territorial que se colocam para a economia circular em cada território, foi possível igualmente aos parceiros refletir coletivamente sobre problemas e estratégias comuns e de modo relativo sobre as suas especificidades, potencialidades e constrangimentos.

Por outro lado, o facto de diversos municípios de pequena dimensão urbana e/ou de geografias remotas terem participado pela primeira vez numa iniciativa de cooperação interurbana de âmbito nacional constituiu uma alavanca essencial para que alguns deles estejam hoje envolvidos em

projetos e redes de cooperação interurbana de nível europeu, designadamente no programa europeu URBACT.

A identificação de um conjunto discricionário de temas prioritários e transversais da economia circular, reconhecidos pelas regiões e municípios, permitirá capitalizar os resultados e melhorar a implementação, alinhando os resultados no processo de elaboração de políticas;

A Iniciativa Nacional Cidades Circulares identificou um conjunto de quatro temas prioritários para a economia circular nas cidades – Urbanismo e Construção; Relações Urbano-Rurais Ciclo Urbano da Água; Economia Urbana para a Circularidade – que seriam o enfoque dominante de cada uma das quatro redes de cidades circulares apoiadas, complementado com um conjunto de temas transversais. Dotada de um volume de financiamento relativamente estrito de 1,5 milhões de euros do Fundo Ambiental para a concretização de todas as atividades da iniciativa, esta opção de enfoque temático permitiu, através do apoio a quatro redes de cidades circulares, alcançar uma reflexão coletiva de base local em torno de temas consensualizados como prioritários pelos atores da governação territorial, bem como apoiar o planeamento de ações comuns nestes temas cujos beneficiários extravasam o universo estrito dos municípios parceiros.

3. O âmbito e a gestão nacional da iniciativa permitirão envolver as partes interessadas dos diversos níveis de governação territorial e setores relevantes para a economia circular, garantindo coerência, alinhamento e sinergias.

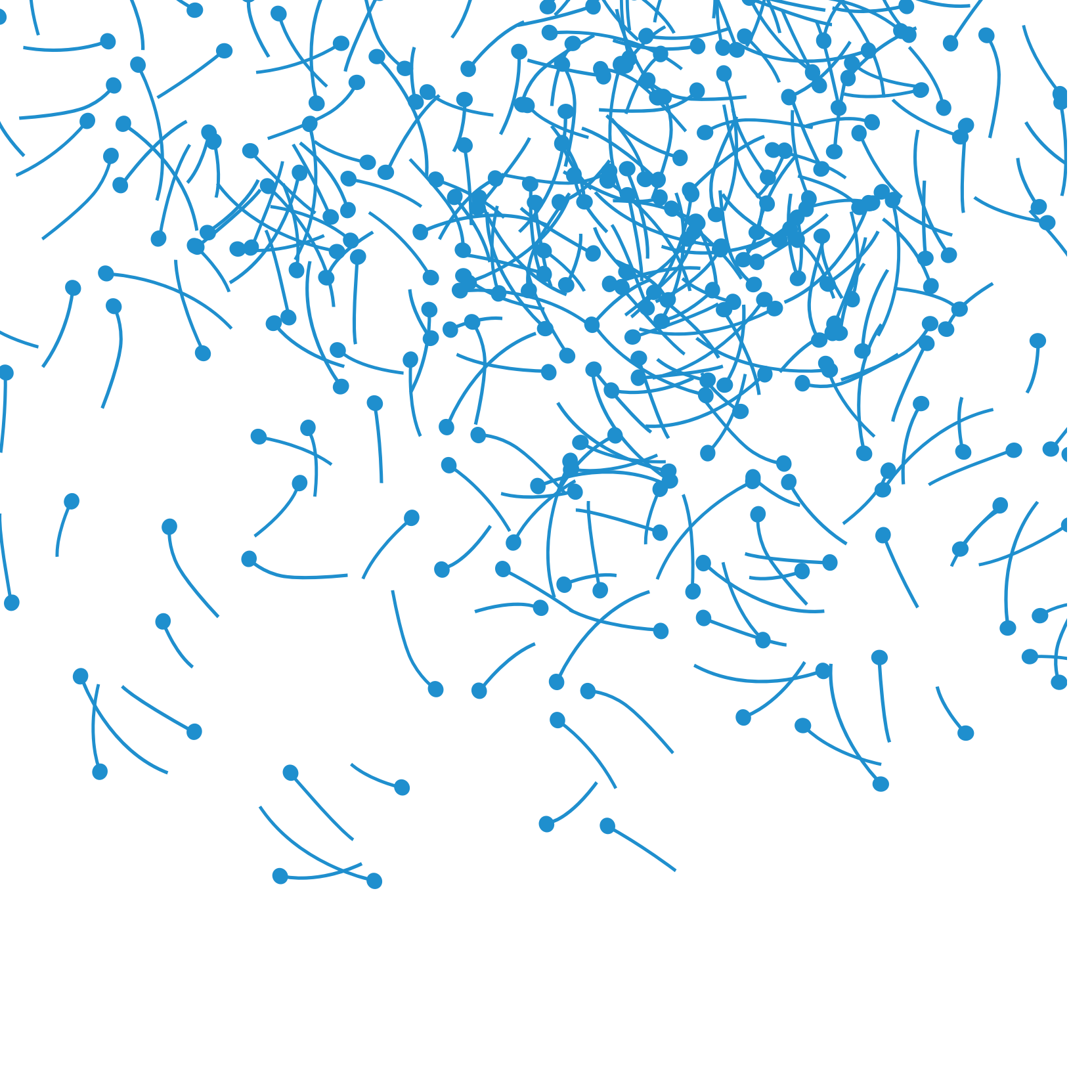
Desde o momento inicial de desenho e conceção e ao longo de todo o processo de implementação da iniciativa, os atores da governação territorial de nível regional foram diretamente envolvidos na definição das opções críticas e no acompanhamento dos trabalhos das redes. Na fase de implementação, a integração das associações de municípios e das entidades intermunicipais no acompanhamento das redes e em atividades promovidas pela iniciativa permitiu construir uma estrutura de governança efetiva e fomentar o diálogo multinível de base territorial com vista ao desenvolvimento de sinergias e à concretização do planeamento local de ação para a economia circular.

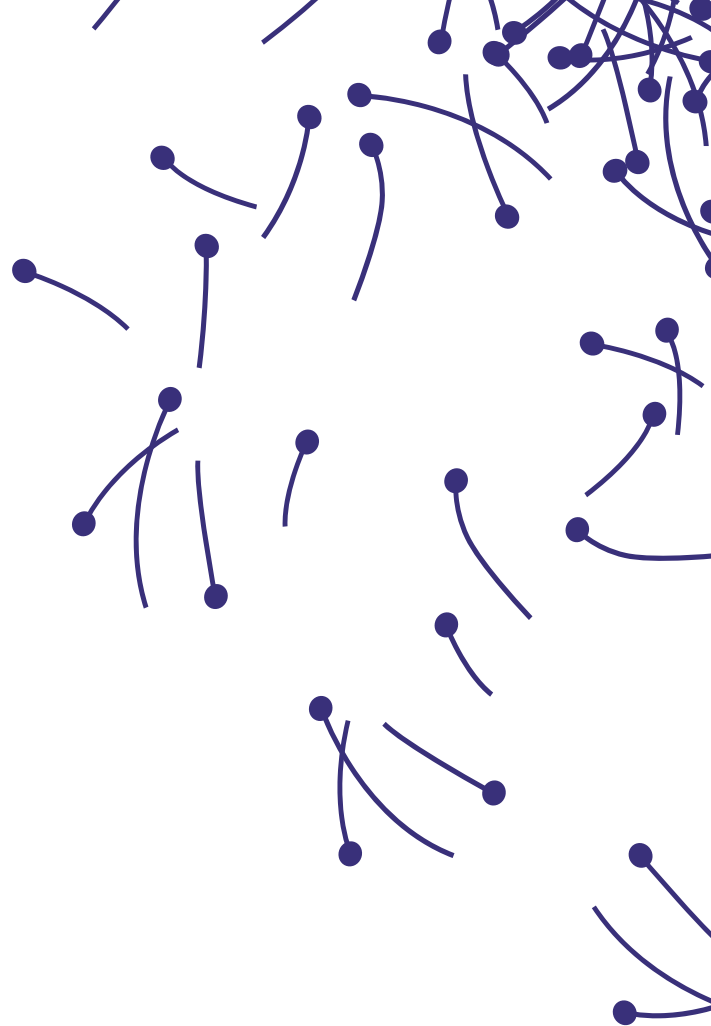
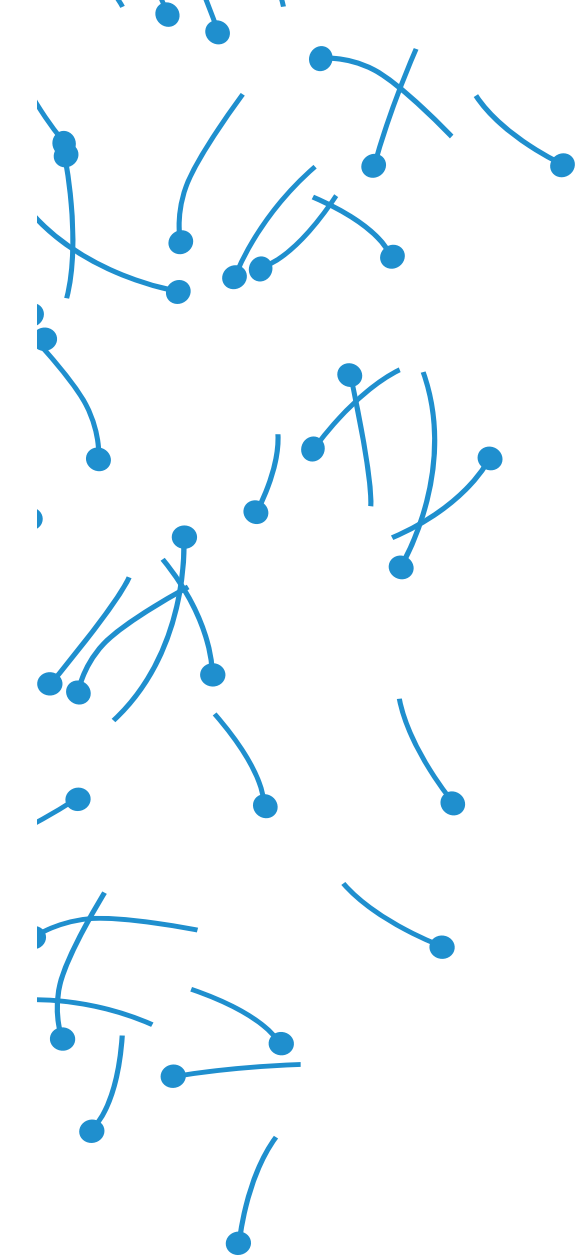
Por outro lado, contudo, o exercício de cooperação intersectorial de base nacional com vista ao desenvolvimento de trabalhos de cooperação multinível para a promoção da economia circular obteve resultados ainda limitados, que importaria aprofundar após a conclusão da Iniciativa Nacional Cidades Circulares com base nos resultados alcançados por esta e no balanço dos trabalhos das redes cidades circulares.

Combinando objetivos de sustentabilidade e transição verde implícitos na temática da economia circular com objetivos de valorização da diversidade territorial e de capacitação local implícitos na política de ordenamento do território e cidades, a Iniciativa Nacional Cidades Circulares ambicionou contribuir para o aprofundamento da base territorial e a melhoria e aceleração dos processos de experimentação e aprendizagem nas políticas públicas orientadas para a transição verde e justa. Enquanto instrumento de política de cidades, a iniciativa procurou contribuir para:

- **Promover a coerência entre políticas num contexto desejavelmente multinível** – ir além da coerência estrita com as opções territoriais estratégicas nacionais e procurar sinergias e complementaridades entre níveis e políticas, sem um “nível óptimo”, mas inerentemente multinível, para apoiar a tradução no contexto local pelas autoridades e comunidades locais de desafios e agendas europeias e nacionais de transição verde;
- **Reforçar as capacidades locais para lidar com desafios sociais complexos** – promover processos de experimentação, replicação e co-aprendizagem em rede entre municípios e incentivar o envolvimento de diversos departamentos municipais e das comunidades locais em processos de planeamento integrado de ação local como condições para uma adequada e justa resposta a desafios complexos;
- **Expandir a cultura e o (re)conhecimento do território na política pública** – ir além da coerência vertical de base sectorial das políticas públicas e procurar abordagens integradas de base territorial, que promovam o aprofundamento do conhecimento do território e a mobilização das capacidades concretas de uma multiplicidade de atores em torno de objetivos comuns de desenvolvimento sustentável, num contexto de valorização e representação da diversidade territorial que o país contém;

Ao longo dos mais de quatro anos da sua existência, a Iniciativa Nacional Cidades Circulares mobilizou mais de seis centenas de atores em torno da transição urbana para a economia circular: de eleitos e técnicos locais dos municípios parceiros das redes, até aos membros de cada um dos 32 grupos locais constituídos, aos peritos do programa, aos representantes do nível nacional, regional e intermunicipal que acompanharam e apoiaram a iniciativa. Mais do que os 32 planos locais de ação integrada para a economia circular que resultaram do trabalho das redes cidades circulares, foi o esforço conjunto e o trabalho colaborativo e criativo desta multiplicidade de agentes mobilizados para a economia circular e para metodologias de planeamento integrado que traduziu a prova de conceito e potencial impacto longo desta iniciativa na realidade enquanto instrumento para a transição verde e justa dos territórios.







InC2 Iniciativa Nacional
Cidades Circulares



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E
AÇÃO CLIMÁTICA

**FUNDO
-AMBIENTAL**

d.gTerritório
Direção-Geral do Território